



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO**

ELYS ALMEIDA ANDRADE

**TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE ESTA RELAÇÃO A
PARTIR DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, TENDO COMO FOCO O LIVRO
“BRASIL EM JOGO: O QUE FICA DA COPA E DAS OLIMPÍADAS?”**

**BRASÍLIA – DF
2021**

ELYS ALMEIDA ANDRADE

TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE ESTA RELAÇÃO A PARTIR DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, TENDO COMO FOCO O LIVRO “BRASIL EM JOGO: O QUE FICA DA COPA E DAS OLIMPÍADAS?”

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Sebastião de Melo

**BRASÍLIA – DF
2021**

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Almeida Andrade, Elys

At Turismo e Segurança Pública: uma análise sobre esta relação a partir dos megaeventos esportivos, tendo como foco o livro "Brasil em jogo: o que fica da copa e das olimpíadas?" / Elys Almeida Andrade; orientador Thiago Sebastiano de Melo. -- Brasília, 2021.
56 p.

Monografia (Graduação - Turismo) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Turismo. 2. Segurança Pública. 3. Megaeventos. 4. Copa do Mundo 2014. 5. Olimpíadas 2016. I. Sebastiano de Melo, Thiago, orient. II. Título.

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET da Universidade de Brasília – UnB como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

ELYS ALMEIDA ANDRADE

Avaliado por:

Prof. Dr. Thiago Sebastião de Melo
Orientador – CET/UnB

Brasília, 18 de novembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento é por estar viva para conseguir elaborar este trabalho; viva, porém, com sequelas da COVID-19 em meu corpo que talvez nunca se curem. Meu agradecimento é por ter a oportunidade de continuar a sonhar e a lutar pelo que eu acredito. Meu agradecimento é, ao mesmo tempo, vinculado à dor das consequências de dois anos de pandemia que levou mais de 600 mil pessoas desse país, mortes evitáveis, inclusive. Desses mais de 600 mil seres humanos que partiram, dois foram dos meus. Meu agradecimento é vinculado a um entendimento de privilégio, porque, sim, perder dois ainda está no campo de privilégio se comparado aos que perderam famílias inteiras.

Dedico este trabalho a José de Souza Almeida e Aparecida Silva de Castro, meu avô e minha tia, os irmãos que partiram desse mundo quase juntos enquanto eu elaborava este trabalho e me recuperava das sequelas do vírus. Ambos gostariam de compartilhar comigo a finalização deste ciclo, ambos gostariam de ver-me graduada.

Aos meus pais e à minha avó eu agradeço pelo suporte, paciência e amor que sempre me deram. Se eu cheguei até aqui é porque vocês existem.

Aos professores da universidade a minha eterna gratidão por todos esses anos de ensinamentos. Com certeza, o poder da universidade em transformar a sociedade é devido à existência do corpo docente.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

O presente estudo analisou a relação de turismo, segurança pública e os megaeventos esportivos com foco no livro “Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?”. Foi investigado como os autores do livro abordaram a temática e se a fizeram de forma direta ou indireta ao turismo. Foram considerados os impactos dos megaeventos para as cidades-sede ao observar as leis de exceção, as expropriações devido às obras para transformação urbana e a violência para com a sociedade vinculada a todas essas práticas. O objetivo foi refletir em que medida a atuação das políticas públicas de turismo e segurança pública devem estar mais presentes e serem consideradas quando se trata de megaeventos, segmento que compõe o fenômeno turístico.

Palavras-chave: Turismo; Segurança Pública; Megaeventos; Copa do Mundo 2014; Olimpíadas 2016.

ABSTRACT

This study analyzed the relationship between tourism, public safety and sporting mega-events with a focus on the book “Brasil at stake: what remains of the World Cup and the Olympics?”. It was investigated how the authors of the book approached the theme and whether they did it directly or indirectly to tourism. The impacts of mega-events for the host cities were considered when observing the exception laws, expropriations due to construction for urban transformation and violence towards society linked to all these practices. The objective was to reflect to what extent the performance of public tourism policies and public safety should be more present and be considered when it comes to mega-events, the segment that makes up the tourist phenomenon.

Keywords: Tourism; Public Security; Mega-events; World Cup 2014; Olympic Games 2016.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Nuvem de todas as palavras-chave utilizadas nos artigos..... | 27 |
| Figura 2: Ônibus do BRT Rio, 2021 | 33 |
| Figura 3: Obra inacabada monotrilho linha 17- ouro, São Paulo | 39 |
| Figura 4: Parque Olímpico em 2016, Rio de Janeiro..... | 41 |
| Figura 5: Instalações Parque Olímpico seis meses depois das Olimpíadas | 41 |
| Figura 6: Pista de Ciclismo BMX e Ciclismo de Montanha, 2021 | 42 |
| Figura 7: Porto Maravilha, Rio de Janeiro | 44 |
| Figura 8: Museu do Amanha, Praça Mauá/RJ..... | 44 |
| Figura 9: Demolições na Favela Metrô-Mangueira, 2015 | 48 |
| Figura 10: Moradores da Metrô-Mangueira tentam resistir à desapropriação, 2014..... | 49 |
| Figura 11: Soldados fazem a segurança do Parque Olímpico do RJ | 51 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Estratégia de busca | 18 |
| Tabela 2. Nº de artigos por ano | 18 |
| Tabela 3. Levantamento de artigos na plataforma SciELO | 20 |
| Tabela 4. Abordagem sobre Turismo | 29 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 ESTADO, GOVERNO E A RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E TURISMO | 13 |
| 1.1 O ESTADO DA ARTE NO CONTEXTO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS..... | 17 |
| 2 O TURISMO ANALISADO A PARTIR DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS | 28 |
| 3 TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA NUM CENÁRIO DE ESTADO DE EXCEÇÃO | 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| REFERÊNCIAS | 55 |

INTRODUÇÃO

O turismo e a segurança pública estão diretamente ligados quanto à sua aplicabilidade perante a sociedade. É preciso segurança e infraestrutura básica oferecida pelo Estado para que um destino turístico se desenvolva e se torne sustentável. Ao unir o conceito de turismo, segurança pública e megaeventos esportivos, a análise desses componentes se torna consideravelmente mais complexa. Ao pensar em um evento comum, no qual possui data de início e término, não se enxerga nenhum tipo de problema para quem o recebe, exatamente por ser temporário, mas quando se trata de megaeventos esportivos, a palavra “temporário” não pode ser incluída para o país e a cidade que os recebem. O impacto começa muitos anos antes da realização do megaevento, enquanto sua duração é de, no máximo, três meses, depois que o espetáculo acaba as marcas na sociedade e nos espaços urbanos são evidenciadas.

É baseado neste contexto que as consequências dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, serão analisadas no presente trabalho. As cidades passam a ser vitrines mundiais, e, por isso, setores específicos como empreiteiras, elites fundiárias e imobiliárias se interessam e exercem suas parcerias público-privadas para fins da transformação urbana ao sediar os megaeventos.

Tudo é aparentemente perfeito para os setores privados exceto pelo fato de que nessas cidades existem pessoas, trabalhadores, dinâmicas, espaços socioculturais, relações interpessoais.

É nessa perspectiva que se dá o problema da transformação urbana analisada neste trabalho, sendo o questionamento principal: como o turismo e a segurança pública podem interferir nas leis de exceção aprovadas para a realização dos megaeventos? Como as políticas públicas de turismo podem intervir para que comunidades e patrimônios histórico-culturais não sofram com o mal da transformação, que na verdade é o retrato da homogeneização pregada pelo neoliberalismo?

A necessidade de analisar a atuação estatal em momentos atípicos, como o de sediar um megaevento, dá-se ao compreender qual o papel tem sido exercido pelo Estado, que tem por obrigação assegurar à população seus direitos constitucionais. Baseado nisso, este trabalho fez uma análise dessas problemáticas por meio do livro “Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?” para uma reflexão turística sobre a segurança pública nos megaeventos esportivos.

O Brasil sediou os jogos Pan-Americanos em 2007, a Copa das Confederações em 2013 e as Paraolimpíadas em 2016. Entretanto, a pesquisa foi feita especificamente sobre os

dois maiores eventos, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, por serem os que mais impactaram as cidades que os recebem.

Levando em consideração que a pauta segurança pública foi extremamente mencionada por candidatos nas eleições de 2018 e, conseqüentemente, houve espaço para novas discussões sobre o assunto, falar sobre o tema é pertinente não somente para a pesquisa, mas para auxiliar a sociedade na melhor compreensão das competências estatais e detalhar as medidas que contribuiriam ou não para garantir segurança pública aos turistas e aos moradores no Brasil durante os megaeventos.

Para tanto, destaca-se como objetivo geral: analisar a contribuição do livro “Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?” para uma reflexão turística sobre a segurança pública. Como objetivos específicos, propôs-se: a) Levantar a produção de artigos científicos sobre a relação entre segurança pública e turismo, tendo como foco os megaeventos; b) Compreender como os textos do livro abordam o turismo e se o fazem de forma direta ou indireta; c) Identificar como a violência e o estado de exceção se relacionam com o turismo e a segurança pública a partir dos textos do livro.

O método utilizado no presente trabalho foi baseado no conhecimento do objeto de estudo – o capitalismo e suas formas de opressão, considerando suas dinâmicas, especificidades, estruturas e seus processos históricos reais. A partir disso, propõe-se a relação do turismo e da segurança pública como forma de aproximação da aparência do fenômeno, visando alcançar a essência deste objeto ao considerar o turismo a partir dos megaeventos esportivos.

A estrutura da pesquisa apresentada está composta por esta introdução, três capítulos, considerações finais e referências. Em síntese, o presente trabalho dispõe primeiramente de conceitos-chave para o entendimento do papel do Estado e sua relação com o turismo; após a exposição desses conceitos, foi analisado por meio de um levantamento de artigos como o tema segurança pública, turismo e megaeventos se comportam no meio acadêmico.

Posteriormente, analisou-se a abordagem de como o turismo é visto pelos autores do livro em questão, se é feita de forma direta e indireta. Após a análise, foram apontadas as problemáticas que envolvem a realização dos megaeventos a partir dos autores do livro juntamente com autores estudados durante a graduação em turismo. Foram questionados especificamente a atuação da FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associação) e do COI (Comitê Olímpico Internacional), o estado de exceção, a expropriação, a violência e as manifestações ocorridas em 2013. Por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 ESTADO, GOVERNO E A RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E TURISMO

Antes de dar início a análise dos objetivos propostos é preciso, primeiramente, abordar alguns conceitos essenciais para a compreensão do objeto estudado neste trabalho, a começar com a segurança pública, que é garantida constitucionalmente. Quando se trata de Estado e seu povo, é impossível não evidenciar os papéis desempenhados pelo Estado e governos, o esclarecimento dos mesmos tem por finalidade fazer uma ligação coerente com as problemáticas que serão discutidas durante o presente estudo. Dias e Matos apontam que:

Quando utilizamos a palavra “Estado” estamos nos referindo à totalidade da sociedade política, ou seja, o conjunto de pessoas e instituições que formam a sociedade juridicamente organizada sobre um determinado território. A palavra “governo”, por sua vez, se refere somente à organização específica de poder ao serviço do Estado, ou seja, àqueles que gerenciam os negócios do Estado por um determinado período de tempo (DIAS, MATOS, 2012, p. 5).

É importante frisar sobre o gerenciamento dos negócios estatais, como citado acima, para que a compreensão seja feita de forma correta sobre a função do governo, em nome do Estado, para com a sociedade. Essa gestão pode ser caracterizada como “política pública”, que será referida não somente relacionada ao governo no âmbito da segurança, mas também serão citadas aquelas diretamente ligadas ao Turismo. Sobre a funcionalidade do governo, é fundamental afirmar que:

Constitui atividade social que se propõe a assegurar, por meio da coerção física, baseada no direito, a segurança externa e a solidariedade interna de um território específico, garantindo a ordem e providenciando ações que visam atender às necessidades da sociedade. A política, nesse sentido, é executada por uma autoridade legitimada que busca efetuar uma realocação dos recursos escassos da sociedade. Nesse caso, a política pode ser adjetivada em função do campo de sua atuação ou de especialização da agência governamental encarregada de executá-la (DIAS, MATOS, 2012, p. 2).

Baseado no preceito de “atividade social que se propõe a assegurar” ilustrados por Dias e Matos (2021, p. 2), pode-se nortear um entendimento sobre segurança pública e o papel do Estado na sociedade. O exercício da segurança pública é direito e responsabilidade de todos os cidadãos e tem como finalidade preservar a ordem pública, conforme exposto no Artigo 144 da Constituição Federal (CF). É dever do Estado garantir a incolumidade, isto é, a isenção de perigo, a conservação, a segurança das pessoas e do patrimônio por intermédio de seis órgãos especializados para tal responsabilidade (polícia federal, polícia rodoviária

federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distritais) (BRASIL, 1988).

A compreensão do conceito de segurança carece, primeiramente, do entendimento sobre a necessidade da sua existência, ou seja, o que causa a insegurança, o que ameaça o indivíduo e o motivo pelo qual políticas de segurança sejam necessariamente implantadas em qualquer instância.

De acordo com Labica (2009), o discurso da insegurança estimulado repetidamente em uma sociedade na qual existe total condição de viver de forma pacífica, atesta e registra o aumento das violências, contudo, a origem social dessa violência é camuflada. A ideia de insegurança legitima o aumento das polícias, das restrições de liberdade e da criminalização seletiva de pessoas, notadamente pobres e negras. O autor perpassa pelos diferentes significados da palavra “segurança” desde sua origem:

[...] o termo francês “*sécuriser*”, que significa “dar um sentimento de segurança” [...]. Em Latim, *securis* significa “machado”, como nos “fachos” (*fasci*), e “machada”. O responsável por garantir a segurança (“*sécuriseur*”) pode ser dito “seguriforme” (*sécuriforme*), “em forma de machado”, em homenagem à sua função (LABICA, 2009, p. 19).

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2018-2028)¹ instituiu o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) com o intuito de “reorganizar suas estruturas e as suas políticas públicas com a finalidade última de garantir um mundo mais sustentável” (BRASIL, 2018, p. 16), em observância aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) de 2015, formulados pela Cúpula das Nações Unidas. O Plano afirma a necessidade de atualizar os mecanismos de integração da segurança pública:

O Brasil vem experimentando dificuldades, no entanto, na implementação de políticas públicas, cujas raízes residem muito mais na forma e nos mecanismos de articulação e coordenação federativa (entre níveis de governo) e republicana (entre órgãos de Estado e Poderes) do que na ausência de iniciativas. Dito de outra forma, o país precisa se voltar para a atualização (a otimização) dos mecanismos de governança do sistema de segurança pública e justiça criminal, de modo a conferir máxima efetividade, eficácia e eficiência aos esforços que vêm sendo feitos, com vista a interromper o ciclo de medo e violência que desafia o Poder Público e acua a sociedade. Tudo isso em um contexto de promoção e proteção dos direitos humanos e de satisfação dos princípios, diretrizes e objetivos fixados na Lei no 13.675, de 2018 (BRASIL, 2018, p. 30).

¹ Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/copy_of_PlanoePoliticaNacionaldeSeguranaPblicaDefesaSocial.pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

O Plano ressalta ainda que, “[...] questões relativas à segurança pública foram tratadas essencialmente como responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, dado que a maior parte do trabalho de polícia é realizado pelas polícias civis e militares.” (BRASIL, 2018, p. 30). O que reafirma o que é instituído pelo artigo 144 da CF citado anteriormente.

A discussão sobre segurança não está reduzida exclusivamente a problemas de violência e criminalidade, mas também à possibilidade de catástrofes naturais, pandemias ou qualquer conjuntura que possa comprometer a segurança coletiva. Os indivíduos em suas ações, relações sociais e deslocamentos, podem se deparar com diferentes situações problemáticas, questões que afetam, inclusive, direta ou indiretamente a prática do turismo.

Para tanto, em todo destino turístico é importante haver infraestruturas que consigam dar suporte tanto para o residente quanto para o turista. Tais infraestruturas como saneamento básico, energia elétrica, mobilidade urbana, prestadores de serviços turísticos, juntamente com os elementos intangíveis (qualidade nos serviços, sentimento de segurança) associados a este setor, constituem a impressão do turista quanto ao destino que ele irá visitar, bem como de quem reside em relação ao local de residência.

Assim, como o turismo é tratado como dinâmico e interdisciplinar, o método da presente pesquisa será compreendido de forma que:

[...] a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (PAULO NETTO, 2011, p. 20).

Fundamentado no que o Turismo representa, Moesch e Gastal analisam que:

[...] o turismo se constitui em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para sujeitos que o praticam. Simbólico porque as práticas realizadas, os produtos e serviços envolvidos significariam menos pelo seu valor venal ou valor de troca, e mais pelo seu valor de uso e pelo seu valor afetivo (MOESCH, GASTAL, 2007, p. 3).

Pautado no conceito de turismo como um fenômeno sociocultural, subjetivo, interdisciplinar e que também estimula a atividade econômica, é possível iniciar a abordagem sobre megaeventos, um dos objetos de estudo deste trabalho.

Os megaeventos esportivos funcionam como uma oportunidade de crescimento, especialmente para países em desenvolvimento econômico mundial. “Trata-se de posicionar-se no capitalismo financeiro global como um ‘bom lugar para investimentos’” (FERREIRA,

2014, p. 12). A principal justificativa da candidatura desses países para sediar os jogos é a do “legado urbano”, que consiste basicamente na promessa de modernização das cidades escolhidas para a realização dos eventos.

A ideia é impulsionar as cidades economicamente, além de incentivar o turismo por meio do marketing internacional, que acontece devido à transmissão televisiva de todo o evento e publicidade voluntária e paga. “A noção de ‘legado’, aquilo que é deixado, que fica, permanece [...]. Fala-se de legado em urbanismo, em obras de infraestrutura e de transportes, em estádios e instalações esportivas, e também em segurança pública” (CARDOSO, 2013).

Entretanto, Beni ilustra que “[...] grandes investimentos em complexos turísticos construídos pela iniciativa privada, a maioria das quais estimulados e incentivados por governos estaduais, não obedecem aos preceitos da política estratégica de desenvolvimento regional e do planejamento sustentável do Turismo.” (BENI, 2001, p. 118), o que é uma das problemáticas levantada nos próximos capítulos.

A estratégia de inclusão do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) nos megaeventos se deu não somente para descentralizar os jogos dos países do Hemisfério Norte, mas para incentivar as relações políticas e econômicas em países com maior facilidade de aprovação das leis de exceção. Em dez anos foi factível que todos os países que fazem parte do BRICS tenham sediado algum dos megaeventos esportivos.

Segundo Silva & Silva (1992, p. 3), destino turístico é “um instrumento baseado numa lógica coerente e integradora que inclui recursos naturais, população, transportes, atrações, imagem e equipamentos e infraestruturas turísticas” (apud FLORES; MENDES, 2014, p. 230). Nesse sentido, o turismo pode e deve ser discutido no âmbito da segurança pública, exatamente por estar integrado a uma prática em que indivíduos saem de sua rotina; além disso, “[...] Outra característica é sua relevante implicação social e cultural que não pode e não deve interessar apenas ao empreendedor, mas acima de tudo, ao Governo, que representa a garantia dos interesses da coletividade” (BENI, 2001, p. 100).

A assistência dada pelo Estado em relação à segurança pública urbana deveria, teoricamente, abarcar os deslocamentos turísticos, incluindo-os como seguros, mas a realidade é outra, uma vez que existem diversas necessidades básicas (saúde, moradia, educação, segurança) do cidadão residente que ainda não são atendidas de forma satisfatória. Isso faz com que haja relevância em entender o processo da segurança pública, juntamente com o fomento do turismo durante os anos em que o Brasil sediou a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Ao considerar o funcionamento da segurança em um período de exceção no qual, tecnicamente, todos os olhos estão voltados para o país que sedia os jogos, é necessário compreender, “[...] em relação à criminalidade urbana e à violência cotidiana, assim como à atuação e gerenciamento da segurança pública de modo geral, que o legado de segurança dos megaeventos esportivos deveria ser mais significativo” (CARDOSO, 2013, p. 126).

1.1 O ESTADO DA ARTE NO CONTEXTO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS

Pensando em toda a movimentação política, econômica e social ocorrida para a realização dos megaeventos, neste capítulo, a ideia é levantar a bibliografia produzida para entender como foi conduzido o debate do tema no meio científico. A busca foi feita na base de dados multidisciplinar SciELO (Scientific Electronic Library Online) por dispor de uma coleção de livros e revistas científicas de diferentes países na América Latina e Europa. A estratégia de busca consistiu em utilizar as palavras-chave “megaeventos”, “turismo”, “segurança pública” e “rio de janeiro” para um resultado mais aproximado ao tema discutido. Foram pesquisadas de duas em duas palavras-chave, e, ao todo, foram encontrados 18 artigos relacionados ao tema.

O levantamento foi feito com um recorte temporal de seis anos, entre 2012 e 2018, com a finalidade de identificar como o tema se mostra no debate acadêmico e de estabelecer um diálogo entre o livro analisado nos próximos capítulos e a produção acadêmica. O intervalo de busca de dois anos antes da Copa e dois anos depois das Olimpíadas facilita na quantificação de artigos para um determinado período e, conjuntamente, simplifica a análise da demanda de produção na agenda de pesquisa acadêmica, vendo como as pesquisas se comportam antes, durante e após a realização destes megaeventos.

A fim de quantificar a pesquisa, foi elaborada uma tabela para auxiliar a compreensão dos resultados encontrados, como mostrado a seguir:

Tabela 1. Estratégia de busca

| CRITÉRIO DE BUSCA | ANO DE PUBLICAÇÃO | Nº DE ARTIGOS |
|---|-------------------------------------|---------------|
| “megaeventos” OR “mega events” AND “turismo” OR “tourism” | 2013, 2015, 2016 e 2018 | 5 |
| “megaeventos” OR “mega events” AND “segurança pública” OR “public security” | 2013, 2016 | 2 |
| “segurança pública” OR “public security” AND “turismo” OR “tourism” | 2018 | 1 |
| “megaeventos” OR “mega events” AND “Rio de Janeiro” | 2012, 2013, 2014, 2016, 2017 e 2018 | 10 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É importante observar que em algumas das pesquisas, os filtros de busca da base de dados não permitia selecionar o ano específico, como por exemplo, na primeira pesquisa com as palavras-chave, não foi possível selecionar os anos de 2012 e 2014, ou por problemas na plataforma ou por não haver produção de artigos nesses anos. O mesmo ocorreu na quarta pesquisa, onde não foi possível selecionar o ano de 2015 no filtro de busca, logo, não há registros de produção científica sobre o tema para o ano.

Após o levantamento, a análise presumível para produção de artigos é que os anos de 2013, 2016, 2017 e 2018 foram os mais produtores na discussão. É possível relacionar a quantidade de publicações de artigos com o cenário político do Brasil durante esses anos, principalmente em 2013, o ano em que as manifestações contra os gastos para a realização dos megaeventos que aconteceriam no ano seguinte e o aumento do preço dos transportes chamaram a atenção não somente do governo, mas da imprensa internacional. “As manifestações que então mobilizaram a juventude brasileira foram a expressão de uma revolução geracional” (FERREIRA, 2014, p. 13). Essa informação fica mais explícita com a análise da tabela a seguir:

Tabela 2. Nº de artigos por ano

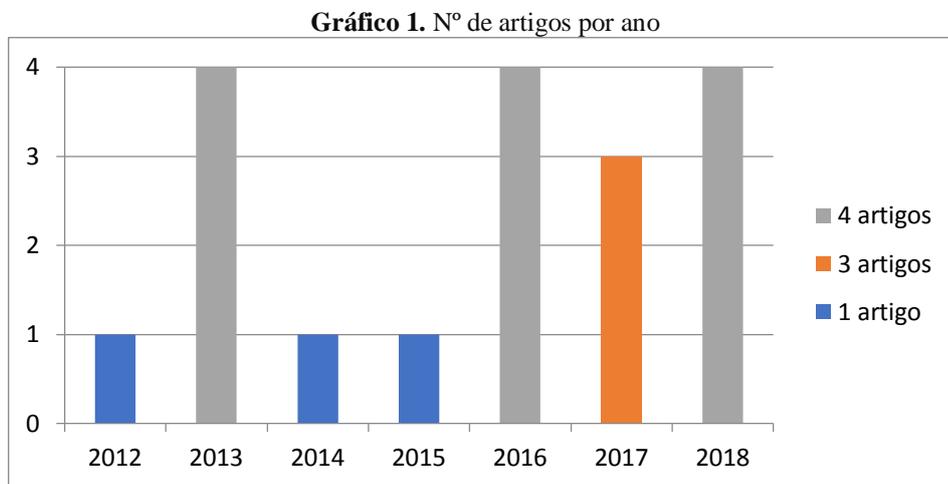
| ANO | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|--------------------|------|------|------|------|-----------------------------|------|------|
| Nº de artigos /ano | 1 | 4 | 1 | 1 | 4 | 3 | 4 |
| | | | | | TOTAL DE ARTIGOS: 18 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Em 2016, o cenário político ainda sofria os reflexos das manifestações de 2013, motivadas pela realização da Copa do Mundo de 2014. A votação para o impeachment da

então presidente Dilma Rousseff aconteceu em abril de 2016, na Câmara dos Deputados, os Jogos Olímpicos tiveram início em agosto, mês em que houve a votação do impeachment no Senado Federal e a posse oficial de Michel Temer como Presidente da República.

2017, ano também marcado pelo governo impopular de Temer, e 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, carimbaram a instabilidade política do Brasil. Todos esses fatos podem ter influenciado a produção científica, por se tratar de tempos nos quais os questionamentos à gestão dos governantes estavam em seu ápice. No gráfico abaixo, é possível ter uma perspectiva da influência política na produção científica relacionada aos megaeventos esportivos sediados pelo Brasil.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Para aprofundar a relação entre os artigos pesquisados e o tema discutido neste trabalho, a seguir, o quadro com detalhamento da contribuição desses textos no meio acadêmico, com a finalidade não somente de qualificar o levantamento, mas de entender quais foram as chaves de entendimento que os autores utilizaram na produção desses textos.

Tabela 3. Levantamento de artigos na plataforma SciELO

| ARTIGO | PALAVRAS-CHAVE | PERIÓDICO | LÍNGUA | RESUMO |
|--|--|--------------------------------|-----------|---|
| A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis | Rio de Janeiro; Megaeventos Esportivos; Produção de Subjetividades; Vidas descartáveis | Fractal: Revista de Psicologia | Português | Nosso artigo tem por alvo colocar em análise a tríade: segurança pública – mídia – produção de subjetividades na cidade do Rio de Janeiro no primeiro semestre do ano de 2007. Para tanto, tomamos como analisador a “Chacina do Pan” ocorrida no Complexo do Alemão para discutirmos: a) a produção de vidas descartáveis b) a cobertura da midiática (<i>sic</i>); c) a produção de subjetividades amedrontadas. Utilizamos como ferramenta a obra de autores como Foucault, Agamben e Bauman. No momento em que o Rio de Janeiro receberá eventos como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas (2016), torna-se imprescindível a análise do atual contexto carioca. Concluímos que a “Chacina do Pan” foi o efeito de uma conjugação de forças que, aproveitando-se da realização do megaevento esportivo na cidade, intensificou os processos repressivos e exterminadores sobre os segmentos mais pobres da população. Extermínio para garantir a “paz” e a segurança da cidade. |
| Les expositions universelles et internationales comme des méga-événements: une incarnation éphémère d'un fait social total? | Durabilité; Exposition Universelle; Fait Social Total; Éphémère | Horizontes Antropológicos | Francês | Les métropoles mondiales diversifient leur politique urbaine en organisant des méga-événements permettant la création, promotion et valorisation de complexe de foire. Les Expositions découlent de cette logique au même titre que les Jeux olympiques de 2016 à Rio de Janeiro et les mondiaux de football de 2014 au Brésil. Quels sont les effets durables d'un événement éphémère? À partir de la notion de fait social total selon Marcel Mauss, associée à une enquête de terrain pour Saragosse 2008 Expo et d'une analyse du dossier de candidature de São Paulo 2020 Expo, ces méga-événements incarnent à la fois un message humaniste tronqué dans le fait de rassembler le monde entier à travers un tourisme de masse réducteur, mais aussi un moyen de communication et de diffusion d'une culture nationale et d'un savoir-faire technique à l'échelle mondiale. La puissance de l'événement et sa propagande amplifie les critiques de ces utopies contrariées. |
| Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública | Legado; Segurança Pública; Tecnologia; Vigilância | Horizontes Antropológicos | Português | O artigo trata dos preparativos de segurança para os megaeventos esportivos a serem realizados no Brasil nos próximos anos, dando ênfase especial à cidade do Rio de Janeiro, e aos processos relacionados à modernização tecnológica. Sendo assim, o planejamento estratégico oficial brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 é tomado como objeto privilegiado de análise, assim como a construção de um prédio na região central da cidade, o Centro Integrado de Comando e Controle, apresentado como principal pilar do programa securitário dos megaeventos. A partir disso serão traçadas considerações sobre a desejada e propalada integração institucional, que seria proporcionada pela construção em questão, e constituiria o principal legado em segurança pública a ser deixado pelos megaeventos. |
| Turismo sexual infanto-juvenil em xeque no contexto da Copa do Mundo de 2014 | Copa do Mundo 2014; Megaeventos; Política Pública; Turismo Sexual Infantil | Revista Estudos Feministas | Português | O presente estudo analisa a questão do turismo sexual (TS) infanto-juvenil e suas correlações com os megaeventos esportivos, a partir da implementação de uma política pública preventiva na cidade de Recife - região nordeste do Brasil - em razão da Copa do Mundo de Futebol 2014. Através de um estudo qualitativo com duração de três anos – entrevistas, observações e fotografias –, a questão do TS infanto-juvenil é investigada, levando-se em consideração os aspectos sociais enredados, bem como o envolvimento de setores societários excluídos na organização dos chamados megaeventos. |

| | | | | |
|--|---|------------------------------------|-----------|---|
| | | | | Embora, em curto prazo, a implementação de uma política pública preventiva tenha sido satisfatória, em longo prazo, mostram-se necessárias medidas efetivas para que, de fato, haja mudanças na situação dos indivíduos implicados. No contexto dos grandes eventos esportivos, a temática relativa ao TS infanto-juvenil permanece incipiente, notadamente em regiões onde a desigualdade social persevera, assim como as questões relativas ao gênero. |
| Factores que influyen en el apoyo que los residentes dan a los mega eventos: Un estudio sobre la FIFA World Cup 2014 (Natal / RN - Brasil) | FIFA World Cup 2014; Apoyo; Mega eventos; Mega events; Residentes; Residents; Support; Tourism; Turismo | Estudios y perspectivas en turismo | Espanhol | El presente estudio intenta realizar un análisis cuyo objetivo es el posicionamiento popular del mega evento FIFA World Cup 2014 a ser realizado en Brasil. Un tema recurrente en la actualidad debido al impacto generado por los mega proyectos que rodean a estos acontecimientos y que muestra la ausencia de una perspectiva teórica específica de turismo. El objetivo fue investigar los factores que influyen el apoyo de los residentes a los mega eventos. Así, se buscaron modelos teóricos validados que sirvieran como base para la aplicación empírica del estudio, haciendo hincapié en Gursoy & Kendall (2006) y Nunkoo & Ramikisson (2011). El universo de la investigación fueron los residentes de la ciudad de Natal/RN, una de las ciudades sede de la Copa del Mundo FIFA 2014. Se aplicaron 400 cuestionarios respetando los conglomerados urbanos que abarcan distintos perfiles de la sociedad en foco. Entre las 11 (once) hipótesis testeadas, 7 (siete) fueron validadas y 4 (cuatro) consideradas falsas, enfatizando la confirmación de las hipótesis que componen el eje del modelo Social Exchange Theory y el factor “confianza en los gestores” con la correlación más representativa en “percepciones” y “apoyo”. El presente estudio constata la validez del modelo teórico aplicado y sugiere que se profundicen los vectores “confianza”, “percepción de beneficios” y “apoyo”. |
| O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios | Brasil; Copa do Mundo; Olimpíadas; Antropologia | Horizontes Antropológicos | Português | Este artigo tem como objeto os significados da realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Dada a extensão desses megaeventos, seus significados são diversificados e controversos. Como não é possível dar conta de todas as possibilidades analíticas que eles nos oferecem, focamos nosso olhar em dois aspectos principais. Um deles trata das representações de brasilidade atualizadas por ocasião dos cerimoniais oficiais, e o fato tomado como referência é o anúncio do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. O outro aspecto é mais difuso e fragmentado, atinente às controvérsias em torno dos usos de recursos públicos empenhados pelo Estado na organização da Copa de 2014. Nesse caso nos valem de fontes diversas, incluindo-se narrativas oficiais, relatórios de gastos, postagens jornalísticas, entre outras. Nosso objetivo não é promover uma síntese acerca do significado dos megaeventos para os brasileiros, mas mostrar como o país vive um momento singular, de enunciação, justificação e tensionamento da própria identidade nacional e do Estado. |
| Via-crúcis, via expressa: dinâmicas políticas e gramáticas religiosas na passagem da Transolímpica | Rio de Janeiro; Transolímpica; Cidade; Megaeventos; Política | Religião & Sociedade | Português | Este artigo apresenta e analisa a mobilização motivada pela Transolímpica em seu percurso previsto por Magalhães Bastos, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Entrevistas, documentos e registros de reuniões envolvendo moradores e agentes do “Estado” entre 2012 a 2015 destacam as estratégias e gramáticas articuladas por uma comissão local interessada em impedir a demolição de centenas de casas no bairro. Por meio desse caso, as dinâmicas e técnicas de governo da “cidade olímpica” são colocadas em questão, chamando atenção para a complexidade desses processos e a combinação in situ de projetos religiosos e seculares, trançados em contextos locais e através de determinadas relações de poder. |

| | | | | |
|--|---|---|-----------|---|
| Motivos da escolha do automóvel no acesso a megaeventos: caso da Copa das Confederações 2013, Rio de Janeiro | Escolha Modal; Fatores Intervinentes na escolha modal; Megaevento Esportivo; Rio de Janeiro; Uso do Automóvel | Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana | Português | Realizar um megaevento implica em inúmeros e significativos impactos, em especial na mobilidade urbana, cujo tratamento e mitigação exigem adequadas estratégias e políticas, dentre as quais se destaca o incentivo ao uso dos modos de transporte mais sustentáveis. A efetividade das estratégias dependerá de diversos fatores que interferem no processo de escolha modal. Neste artigo, com base em consulta a mais de mil espectadores que assistiram aos jogos da Copa das Confederações 2013, realizados no Rio de Janeiro, pretende-se apresentar e analisar os principais motivos que influenciaram no uso do automóvel. Adicionalmente, a partir de uma revisão bibliográfica, identificam-se os motivos instrumentais que incidem na escolha do automóvel, confrontando-os com os obtidos na nossa pesquisa. Mesmo que tais motivos e sua hierarquização sejam suscetíveis a mudar no tempo e sensíveis às especificidades locais, parece que, no caso das cidades brasileiras, sistemas de transportes alternativos ao automóvel apresentam uma forte deficiência quanto a atributos como o conforto e a rapidez, o que ressalta a necessidade de não só restringir o acesso ao automóvel, mas de se investir na melhoria dos transportes públicos e não motorizados, tornando-os opções mais atraentes para os usuários de automóvel realizarem a transferência modal. |
| Estratégias para incentivar o transporte não motorizado em megaeventos esportivos: o caso do estádio do Maracanã, Rio de Janeiro | Bicicleta; Caminhada; Estratégias de Transporte; Megaeventos Esportivos; Transporte Não Motorizado | Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana | Português | A fim de contribuir com a concepção de políticas de mobilidade urbana mais eficientes, foram definidas e avaliadas estratégias para promover o transporte não motorizado (principalmente a pé) nos jogos realizados no estádio do Maracanã, que possam ser replicáveis em outras instalações esportivas que fazem parte dos megaeventos no Rio de Janeiro. As estratégias foram formuladas com base em duas fontes de informações, na revisão bibliográfica e nos resultados de uma pesquisa de campo constituída por: mais de 1.000 entrevistas com os espectadores dos jogos no Maracanã durante a Copa das Confederações de Futebol 2013; grupos focais envolvendo frequentadores desse estádio; e entrevistas em profundidade. Posteriormente, especialistas da administração pública foram consultados e avaliaram tais estratégias, definindo como prioritárias aquelas referentes às melhorias na infraestrutura e nos equipamentos para pedestres e cadeirantes, bem como as campanhas de divulgação e de conscientização que incentivam o uso dos modos não motorizados e desestimulam o uso dos automóveis. As estratégias destacadas pelos especialistas se caracterizam por apresentar um menor nível de dificuldade e de custo para a sua implantação, representando uma boa opção para melhorar a qualidade urbana e promover a mobilidade sustentável. |
| As viagens da favela e a vida social dos souvenirs | Cultura material; Favela; Megaeventos; Souvenir; Turismo | Sociedade e Estado | Português | Este artigo resgata e examina a biografia da favela turística a partir de sua cultura material. Souvenirs produzidos e comercializados em duas favelas cariocas (Rocinha e Santa Marta) constituem o ponto de observação privilegiado para o entendimento das espirais de sentido que se erguem na confluência entre imaginação e materialidade, arte e topografia. Partimos das cores que nascem nas telas pintadas para consumo dos turistas e se reproduzem nas paredes das favelas, tomando-as fruto de políticas baseadas em novos regimes de visibilidade e controle da pobreza. As considerações finais refletem sobre a morte dos (anti)souvenirs ou o que parece ser um esgotamento das possibilidades de representação da favela como marca capaz de agregar valor a diferentes produtos no mercado global. |
| O "legado" dos megaeventos esportivos: a | Favelas; Legado; Megaeventos; | Horizontes Antropológicos | Português | Este artigo busca apresentar parte das reflexões realizadas em minha tese de doutorado, em que analiso os significados da reatualização de práticas e discursos sobre a "remoção" de favelas atualmente no Rio de Janeiro. Neste trabalho discutirei uma das dimensões constituintes do que |

| | | | | |
|--|---|---|-----------|--|
| reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro | Remoção | | | chamo de "repertório da remoção": o "legado" que deixará a realização dos megaeventos esportivos que a cidade sediará (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). As intervenções urbanísticas em curso vêm implicando alterações significativas nos fluxos e usos do espaço da cidade, provocando, inclusive, o deslocamento de moradores de algumas favelas. Esse processo tem sido traduzido pelas autoridades públicas envolvidas, bem como em relação a outras intervenções, como um "legado" permitido pela concretização desses megaeventos. Essa configuração representa uma inflexão importante na conformação do "problema favela" na atual conjuntura. |
| Antes da Copa, depois do Pan: O Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos | Americanos; Copa do Mundo; Jogos Pan; Megaeventos; Olimpíadas; Renovação urbana | Civitas – Revista de Ciências Sociais | Português | O objetivo deste artigo é apresentar considerações sobre a realização dos megaeventos esportivos tomando por referência os processos de renovação e transformação urbanas no Rio de Janeiro. Nossa hipótese geral é que, por suas peculiaridades históricas e sociais, pela realização recente de grandes eventos internacionais e pela disposição dos “territórios da precariedade”, o Rio de Janeiro se tornou um “laboratório” de experiências de intervenção urbana, redefinição de políticas públicas e tratamento da questão social, entrelaçando um conjunto diverso de políticas urbanas e sociais. Podemos afirmar que essa “era dos megaeventos esportivos” que se inaugurou no Rio de Janeiro com os Jogos Pan-americanos de 2007 e que se estenderá para além dos Jogos Olímpicos de 2016, já estruturam parte significativa das políticas na cidade, cujo princípio ordenador passa a ser o estado de emergência. |
| Los juegos olímpicos en Río de Janeiro y las leyes de excepción | Juegos Olímpicos Río 2016, Leyes de Excepción, Política Urbana, Derecho a la Ciudad, Megaeventos. | Anuario Mexicano de Derecho Internacional | Espanhol | Incluso antes de su finalización, los Juegos Olímpicos 2016 en Río han traído muchas contradicciones y ambigüedades en su ciudad anfitriona. Mientras las promesas de legados grandiosos son repercutidas desde el día en que se anunció el megaevento deportivo, Río de Janeiro se ha convertido en un escenario de la privatización del espacio urbano y de la segregación socioespacial. Este estudio busca establecer cuánto tiene de influencia esa lógica elitizadora y depredadora de la producción de la ciudad en la elaboración de leyes de excepción que eclipsan a las conquistas legislativas, y cómo la política urbana relacionada al derecho a la ciudad termina siendo suprimida en este contexto de los megaeventos. |
| Atos como Performance na Ocupação do Espaço Urbano: contra um modelo de cidade para os megaeventos | Cidades; Copa do Mundo; Manifestações de Rua; Olimpíada; Performance | Revista Brasileira de Estudos da Presença | Português | Esta pesquisa se move entre junho de 2013 e julho de 2014, observando os atos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro, em perspectiva a um só tempo estético e política, não apenas como crítica ao modelo de cidade para os megaeventos, mas como proposição de outros modos de habitar a urbe. A partir da percepção da pluralidade de formas de expressão acionadas e da centralidade das ações diretas na prática dos manifestantes, relacionamos os atos à noção de performance, com atenção especial aos corpos que ocuparam o espaço urbano, com suas coreopolíticas, seus teatros de invasão, seus coros polifônicos, suas escritas múltiplas, e a criação de Zonas Autônomas Temporárias, sempre prontas a re(in)ssurgir. |
| Percepção sobre o legado dos megaeventos esportivos no Brasil: o caso da Copa do | Copa do Mundo FIFA 2014; Jogos Olímpicos Rio 2016; Legados; | Revista Brasileira de Ciências do Esporte | Português | O Brasil irá sediar dois dos mais importantes eventos esportivos mundiais, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos RIO 2016. O objetivo desta pesquisa é verificar a percepção dos profissionais de educação física da cidade do Rio de Janeiro sobre o legado que estes megaeventos podem trazer para suas vidas tanto em termos de desenvolvimento profissional quanto em questões relacionadas ao seu cotidiano. Em nossa discussão de resultados levantamos tópicos sobre os |

| | | | | |
|---|--|--------------------------------------|----------|---|
| Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 | Percepção | | | impactos e expectativas sobre os megaeventos no mercado de trabalho para estes professores, valorização profissional, prática e aumento do interesse esportivo, legado social e suas sugestões para o sucesso destes eventos. |
| Transnational governance and the trilhos urbanos: civil society's resistance to mega-events in Rio de Janeiro | Brazilian politics; Social Management; Critical theory; Environmental Management; Urban Management | Revista de Administração de Empresas | Inglês | Mega-events are urban spectacles that bring together capital, physical materials, symbols, people and organizations, to produce sports and cultural events. Rio de Janeiro hosted the soccer World Cup in 2014 and will shortly host the 2016 Olympics, two such mega-events. This paper discusses these mega-events in terms of a new and influential model of transnational governance that involves market-based alliances between urban leaders, real-estate developers, global corporations and sports-related civil society groups. It begins by defining mega-events and their significance to transnational governance, and then describes the mega-events being held in Rio de Janeiro. In the final section, the implications of these mega-events are reviewed, highlighting the on-going period of contestation within urban visions of transnational governance. |
| La percepción de la demanda real y potencial sobre la seguridad pública en Rio de Janeiro (Brasil) | Turismo; Demanda Turística; Percepción; Factores Restrictivos; Rio de Janeiro. | Estudios y perspectivas en turismo | Espanhol | La inseguridad es un importante factor restrictivo del turismo, pues el temor relativo a eventos imprevistos que generen consecuencias negativas para la integridad física del visitante es decisivo en la elección de un futuro destino para viajar. La preocupación y el temor relativos a la seguridad se encuentran compartidos por la sociedad, permitiendo denominarlos miedo social. ¿Las localidades que presentan una imagen relacionada con la inseguridad estarían impedidas de establecerse como importantes destinos turísticos por responder a un estereotipo inseguro? A fin de elucidar dicho interrogante se tomó la ciudad de Rio de Janeiro (Brasil) como objeto de estudio de esta investigación, pues se trata de un destino turístico cuya imagen se encuentra asociada a la inseguridad. El objetivo de este artículo fue investigar la percepción relativa a la inseguridad en Rio de Janeiro por medio de turistas reales y potenciales. Se realizó un estudio con turistas reales en la ciudad de Rio de Janeiro y con turistas potenciales por medio de formularios digitales, buscando información sobre la inseguridad como factor restrictivo del turismo y sobre la percepción de la seguridad en la ciudad de Rio de Janeiro. Los resultados preliminares confirman que la inseguridad es un importante factor restrictivo del turismo en Rio de Janeiro, sobre todo en relación a la violencia urbana. Pero otros elementos relativos a la inseguridad como la guerra y el terrorismo no contribuyen significativamente como factor restrictivo del turismo en la referida ciudad. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Baseado na análise dos resumos de cada artigo, mostrado na tabela acima, é possível ter uma noção sobre a maneira como a segurança pública e o turismo, por meio dos megaeventos, são tratados na visão dos autores. De modo geral, as análises giram em torno da utilização da segurança pública como mecanismo de força e repressão da população marginalizada, fato que é legitimado para a realização dos megaeventos. Em seis dos artigos, a abordagem é focada na transformação urbana, nas leis de exceção, e na consequência da privatização da cidade para a população pobre e residente das cidades que sediaram os jogos.

Dos artigos levantados, 15 deles analisam especificamente o Rio de Janeiro, por ser a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016; os questionamentos são pautados nos preparativos para o megaevento e na promessa de legado tanto na segurança pública quanto nos espaços urbanos. Questionam a utilização de recursos públicos para a execução das obras, a organização do evento e, principalmente, as transformações urbanas drásticas, as quais interferem não somente na vida dos residentes lesados pelas demolições de suas casas para construções, como é o caso da Transolímpica, mas também interferem na identidade brasileira como um todo diante do público internacional.

As interferências nos centros urbanos são bem criticadas nos artigos pelo fato de modificarem o uso do espaço nas cidades, além do estado de exceção permanente que se aproveita de políticas públicas para reafirmar a visão do Estado de que a favela é reflexo da desigualdade social e atesta essa visão com a remoção da mesma, como uma forma de “limpeza” da cidade. Há autores que preferiram focar no cenário político do país devido à realização dos megaeventos e todas as manifestações contrárias à condução dessas intervenções na cidade.

Ainda na cidade do Rio de Janeiro, além das transformações urbanas, a análise também conduzida por alguns autores traz como tema a mobilidade urbana e as políticas públicas de incentivo para a utilização do transporte público e, conseqüentemente, a utilidade desses meios de transportes nos anos posteriores aos megaeventos. Houve análise relacionada à espetacularização das favelas, principalmente em um momento no qual a cidade recebeu quantidade considerável de turistas, com indícios de um esgotamento da representatividade do povo que vive nas favelas. Por último, houve um apontamento sobre as conseqüências desses megaeventos relacionadas a problemas já existentes no país, como por exemplo, turismo sexual infanto-juvenil, em pesquisa realizada especificamente em Recife. Vale considerar que a realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007 também influenciou as pesquisas na área.

Os artigos publicados em outro idioma foram ao todo seis, sendo um em francês, três em espanhol e dois em inglês. Na visão desses autores, os megaeventos são analisados como

estimuladores do turismo de massa; indagam a ausência de uma perspectiva teórica específica para o turismo pelo fato dos megaeventos fazerem parte de um dos segmentos turísticos e, ainda, provocam a desenfreada privatização da cidade durante a realização desses megaeventos como forma de aproveitamento das leis de exceção, causando a perda do direito à cidade pela população residente.

Além disso, os autores associam as relações de incentivo dos megaeventos à especulação imobiliária, analisam como foram as políticas de incentivo do Brasil para os residentes comparecerem aos jogos e discutem sobre a percepção de insegurança dos turistas presentes nos jogos. Baseado no presente levantamento, conclui-se que o tema é um tópico emergente nacional por haver maior número de artigos publicados em português.

A intencionalidade deste capítulo foi de oferecer ao leitor um panorama do tema no meio científico, levando em consideração suas complexidades, principalmente por se tratar do cenário brasileiro, de extrema instabilidade, são exatamente as singularidades que fazem com que a pesquisa se torne construtiva e somatória para a produção acadêmica. Como observou Paulo Netto:

[...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (*perspectiva*) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (PAULO NETTO, 2011, p. 53).

Quando se trata de turismo, as complexidades são ainda mais evidentes exatamente por existir uma grande dinâmica. De acordo com Beni,

O processo de construção científica é contínuo, permanente e aberto, abrangendo em sincronia o histórico, o coletivo e o individual. Portanto, jamais poderá ser linear, cumulativo, estático, hermético, dogmático e final. A preocupação não recai no ato de conhecimento, mas justamente no processo de conhecimento. Construir uma teoria que expresse as funções e os resultados das dimensões do Turismo deve ser uma conquista interdisciplinar [...].
Não é necessário conhecer tudo para entender as partes, o todo cria-se a si mesmo na interação das partes.
O todo não é imediatamente cognoscível, o será apenas por meio de observação, identificação, interpretação e correlação de suas partes (BENI, 2001, p. 36).

Baseado nesse pensamento será demonstrado, a seguir, uma nuvem de todas as palavras-chave utilizadas pelos autores dos dezoito artigos levantados e discutidos neste capítulo para apresentar a riqueza de temáticas que envolvem um mesmo assunto:

2 O TURISMO ANALISADO A PARTIR DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

A proposta deste capítulo é aprofundar a relação entre turismo e segurança pública, exatamente por entender que ambos os temas se complementam e, quando considerado a sua aplicabilidade na sociedade, a importância de uma leitura vinculada aos megaeventos se faz excepcionalmente necessária. Isto é, ao pensar e discutir sobre megaeventos precisa, necessariamente, incluir o turismo e a segurança pública para alcançar às múltiplas determinações do objeto estudado.

A escolha do livro “Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?” se deu pelo fato de ter em um só livro a visão de variados autores de múltiplas áreas analisando sobre uma mesma representação fenomênica do turismo: os megaeventos esportivos. Dentre os autores estão jornalistas, cientistas políticos, economistas, sociólogos, doutores em arquitetura e urbanismo, juristas, antropólogos, cientistas sociais e engenheiros. “Logo, a observação do Turismo, resultante da ação sociocultural em contextos diferenciados, requer, como já mencionado, métodos e procedimentos de pesquisa inter e transdisciplinares de vários domínios do saber: ciências exatas, humanas e sociais.” (BENI, 2001, p. 37). Por essa razão, calhou a necessidade do acréscimo de uma visão voltada exclusivamente para o turismo e ao que nele se integra.

Baseada nessa relação, a análise desse capítulo será sobre como a abordagem do tema megaeventos esportivos foi colocada pelos autores do livro escolhido para estudo e, também, avaliar se houve aproximação com o turismo ou se os textos foram produzidos com outro olhar, sem necessariamente se debruçar sobre como os megaeventos sediados pelo Brasil e todas as políticas públicas envolvidas na realização estão diretamente relacionadas ao fenômeno turístico.

Para dar início à análise, o quadro a seguir contém todos os textos compilados no livro e a relação se as discussões de cada texto abordam o turismo de forma direta ou indireta.

Tabela 4. Abordagem sobre Turismo

| TEXTO | ABORDAGENS SOBRE TURISMO |
|--|--------------------------|
| 1- Um teatro milionário | Indireta |
| 2- A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana | Direta |
| 3- Jogo espetáculo, jogo negócio | Indireta |
| 4- Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente | Indireta |
| 5- Transformações na identidade nacional construída através do futebol: lições de duas derrotas históricas | Direta |
| 6- A máfia dos esportes e o capitalismo global | Indireta |
| 7- Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional | Direta |
| 8- Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda | Indireta |
| 9- Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas? | Direta |
| 10- A Copa, a imagem do Brasil e a batalha da comunicação | Indireta |
| 11- O que quer o MTST? | Indireta |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

A fim de facilitar o entendimento do estudo, os textos considerados com abordagem direta do turismo são os que levam em conta o fenômeno ou um de seus componentes do Sistema de Turismo (Sistur), ou seja, transportes, lazer e equipamentos que dão suporte à prática turística. Já os textos com abordagem indireta são os que enxergam o turismo como uma consequência, ou nem consideram os megaeventos esportivos como uma forma de atrativo turístico.

Dos onze textos que compõe o livro, apenas três fazem menção direta do turismo, as abordagens que evidenciam essa visão para com o fenômeno turístico são colocadas de modo a entendê-lo como um dos fatores principais entre as questões que circundam a temática dos megaeventos esportivos. Isto é, consegue enxergar a relação entre Copa do Mundo, Olimpíadas, megaevento e turismo como parte de uma coisa única.

Essa visão fica evidente no segundo texto quando é elucidado as relações entre a temática transformação urbana e turismo:

Revitalização, reabilitação, revalorização, requalificação, reforma, não importa o nome dado ao processo que reúne capitais internacionais “especializados” no urbanismo do espetáculo e que utiliza como âlibi megaeventos esportivos, culturais ou tecnológicos [...] (MARICATO, 2014, p. 17).

A autora ainda faz o detalhamento das relações entre o impacto da FIFA (Federação Internacional de Futebol e Associação) e do COI (Comitê Olímpico Internacional) quanto aos padrões exigidos nos projetos de obras e as vantagens dos contratos comerciais que envolvem o megaevento. “[...] Aos grandes capitais internacionais ligados aos megaeventos somam-se capitais nacionais e locais das áreas de construção civil, mercado imobiliário, turismo, gastronomia e hotelaria. [...]” (MARICATO, 2014, p. 18). Ou seja, o turismo está incutido como parte das principais pretensões mercadológicas e políticas nas negociações.

É apontado pela autora que os megaeventos potencializam a cultura da globalização neoliberal de renovação urbana, na qual, para atender aos requisitos desse sistema, a cidade deve aumentar o espaço para as privatizações para que aumente a disputa de investidores:

[...] deve apresentar os serviços e equipamentos exigidos das cidades globais: hotéis cinco estrelas, centros de convenções, polos de pesquisa tecnológica, aeroportos internacionais etc., a fim de vender-se com competência. Trata-se da “cidade-mercadoria”, da “cidade-empresa” que deve ser gerida como tal (MARICATO, 2014, p. 20).

No texto sete, apesar do autor ter uma opinião contrária aos trechos mostrados acima – em que problematizam as questões sociais causadas por sediar a Copa e as Olimpíadas – o turismo também é colocado como um viés de oportunidade de investimentos.

[...] A realização dos Jogos aqui se constitui em oportunidade para, simultaneamente, organizar os eventos de maior repercussão do planeta e acelerar a montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país, além de propiciar o fortalecimento e a expansão de políticas públicas garantidoras de direitos de cidadania e alavancar cadeias produtivas e inovadoras, em âmbito nacional e regional.” (FERNANDES, 2014, p. 57).

Para o autor a estratégia de estabelecer doze cidades como sede teve o principal motivo de fomentar o desenvolvimento nessas regiões. “[...] É essa compreensão que consubstancia o conceito de nacionalização dos grandes eventos: propiciar a irradiação de investimentos para além do Rio de Janeiro – no caso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – e das doze capitais, no caso da Copa do Mundo.” (FERNANDES, 2014, p. 58).

Ao mencionar as transformações em relação à mobilidade urbana, o autor compreende as obras do BRT, VLT e metrô, além das reformas dos aeroportos e dos portos como as principais relacionadas ao legado urbano prometido ao sediar os megaeventos, e aponta essas transformações como indispensáveis para a expectativa de uma maior demanda turística no país-sede,

[...] com projetos estruturantes de mobilidade (transporte público), saneamento e habitação. Em termos de logística e de infraestrutura, objetivam erguer, modernizar e ampliar equipamentos e serviços que gerem um melhor ambiente para a realização dos eventos, mas que permaneçam como benefícios permanentes para a sociedade (FERNANDES, 2014, p. 58).

As mudanças relacionadas à segurança também ganharam destaque na análise do autor, que fala sobre a criação do Centro Integrado de Comando e Controle cuja promessa é o aprimoramento da tecnologia juntamente com as Forças Armadas (FERNANDES, 2014).

Um dos artigos levantados no primeiro capítulo faz uma análise exclusivamente sobre o citado Centro Integrado de Comando e Controle demonstra que foi uma “[...] obra de custo mais elevada na área de segurança, e apontada como principal pilar para o modelo desejado pelos planejadores da segurança pública local” (CARDOSO, 2013, p. 141). Evidencia, ainda, as negligências na execução dos projetos estipulados para os megaeventos relacionados à segurança:

No caso específico do Rio de Janeiro, a construção do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) estava inicialmente prevista para ser concluída no final de 2010, porém foi com dois anos de atraso, e considerável acréscimo dos gastos, que apenas a primeira fase da construção – ou seja, o prédio, sem a infraestrutura tecnológica – foi acabada. A inauguração oficial foi realizada em 31 de maio de 2013, ainda sem que o prédio estivesse operando de forma completa [...] (CARDOSO, 2013, p. 133).

No texto nove, a abordagem direta ao turismo se dá nas primeiras falas de Vainer sobre o legado urbano:

Os que tomaram a iniciativa de propor e de promover os megaeventos argumentam que, como resultado, nossas cidades serão mais conhecidas no mundo, atraindo turistas, investimentos e novos eventos. Elas serão melhores também graças aos vultosos investimentos feitos, que ampliam a oferta de equipamentos esportivos e a infraestrutura de mobilidade urbana [...] (VAINER, 2014, p. 71).

Entretanto, os questionamentos da temática são evidenciados a partir das manifestações de 2013, ocorridas por todo o país, onde uma, entre diversas justificativas para os protestos, estava relacionada aos projetos de mobilidade urbana, a qual beneficiava os trajetos dos turistas para os eventos, além do aprimoramento de serviços para receber a grande demanda turística enquanto a população permaneceria com serviços precários (VAINER, 2014).

Cabe associar o questionamento de Vainer com o que elucida Moesch e Gastal, sobre a gestão de políticas públicas relacionadas ao turismo:

[...] o conceito de políticas públicas se constrói, historicamente, como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Assim, as políticas públicas se caracterizariam pela democratização do usufruto dos bens – democratização do acesso – e pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens – **democratização da gestão** (MOESCH; GASTAL 2007, p. 20).

É de extrema importância o entendimento sobre megaeventos e os projetos urbanos ocorridos a partir dele e, baseado nisso, o autor conceitua essa relação a fim de facilitar na compreensão de sua análise:

Mas o que são os grandes projetos urbanos e os megaeventos? São intervenções urbanas de grande porte, processos complexos cujos impactos e consequências sobre a vida urbana somente podem ser analisados e compreendidos de forma adequada à luz de uma abordagem que considere suas múltiplas dimensões (VAINER, 2014, p. 72).

O autor não só faz uma abordagem direta ao turismo, como culpabiliza os preparativos dos megaeventos de fomentar o descontrole político e social que nega o estado democrático de direito, determinando assim, o estado de exceção. Segundo Vainer (2014, p. 73) “estão emergindo dos megaeventos cidades mais desiguais, socialmente mais segregadas, nas quais os eventuais benefícios dos investimentos realizados são apropriados pelas camadas de renda média e alta”.

Em discordância com o pensamento de Fernandes, Vainer problematiza as obras e a utilização do BRT (*Bus Rapid Transit*), que são movidos por queima de combustível fóssil, o que se pode considerar, no mínimo, incoerente devido ao discurso de sustentabilidade pregado nos projetos das obras para os megaeventos. Fato extremamente problemático no âmbito da cidade, pois quem vive a consequência ambiental são os residentes que usufruem dos espaços diariamente.

[...] BRT (Bus Rapid Transit), que deveriam, no máximo, ser complementares, em virtude de seus impactos ambientais e baixo desempenho como modal de transporte de massa, tornaram-se um novo modelo. O resultado serão cidades carbono intensivas e ambientalmente irresponsáveis (VAINER, 2014, p. 75).

A fim de atualizar a crítica de Vainer, hoje o BRT permanece como fomentador da cidade carbono, como citado acima, e funciona como transporte de massa. A figura 2 demonstra o problema de mobilidade vivida até hoje pelo Rio de Janeiro.

Figura 2: Ônibus do BRT Rio, 2021

Fonte: Domingos Peixoto/ Agência O Globo²

Em concordância com o pensamento de Maricato, Vainer (2014, p. 77) conclui que “os megaeventos contribuem e contribuirão para gerar cidades mais desiguais e segregadas, em que as parcerias público-privadas operam como meios de transferência líquida de recursos públicos (financeiros, fundiários, políticos) para o setor privado.”, e, finaliza dizendo que o maior legado da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 para o povo brasileiro foram manifestações ocorridas em 2013.

Como mostrado no terceiro quadro, oito dos 11 textos selecionados fazem uma abordagem indireta do turismo, isso significa que a maioria dos autores problematizam os desdobramentos dos megaeventos sem pensar necessariamente no turismo como um fator principal, mas como parte de um conjunto de potenciais mercadológicos atraentes, que é utilizado como um dos pretextos para todas as transformações geradas nos países-sede. Paralelo a isso, os textos não abrem diálogo diretamente com o turismo.

O aumento de imigrantes nos centros urbanos, a escassez de investimentos, o endividamento das cidades, são cenários bem conhecidos entre os governantes e os detentores do capital financeiro. Para resolver esse tipo de “problema” que eclode de forma cíclica entre as cidades urbanas, a alternativa é “maquiar” o seu nível de esgotamento para demonstrar o contrário, ou seja, apresentar uma excelente oportunidade para os investidores.

As principais temáticas utilizadas pelos autores são as transformações urbanas e os recursos públicos que custearam essa renovação, como consequência, ocorre a hegemonização dos centros urbanos e a reorganização do fluxo do capital financeiro

² O Globo. Meios de Transporte de RJ justificam lotação nas viagens durante a pandemia. Disponível em: <<https://diariodorio.com/meios-de-transporte-do-rj-justificam-lotacao-nas-viagens-durante-a-pandemia/>> Acesso em: 11 out. 2021.

internacional. Ferreira (2014) considera o turismo como o que legitima todas essas questões, além de ser uma possibilidade para o crescimento econômico da cidade, o trecho a seguir esclarece essa visão:

[...] “solução” para essas áreas: transformá-las por meio da construção de grandes equipamentos culturais (museus, óperas, e afins), símbolos arquitetônicos que aquecem o mercado imobiliário e da construção civil, dão um lustre “moderno” à figura do governante, dinamizam o turismo e revigoram o chamado “marketing da cidade”, ao preço de uma forte valorização e elitização (FERREIRA, 2014, p. 8).

O autor aponta variados termos para esse processo, como por exemplo, o “pensamento único das cidades”, uma alusão ao processo de hegemonização dos centros urbanos, ou o “urbanismo do espetáculo” referindo-se às obras para a requerida renovação urbana, na qual movimenta principalmente o mercado imobiliário e a construção civil, onde o resultado é o espetáculo da cidade, o enaltecimento dos arquitetos renomados e os novos investidores (FERREIRA, 2014).

O turismo se torna, então, uma das alternativas para a resolução de uma possível falência da cidade, exatamente por aquecer setores estratégicos que geram novos fluxos de capital financeiro. Como consequência, a imagem da cidade é transformada tanto para investidores quanto para turistas que passam a ser atraídos pela mesma, sem necessariamente ter resolvido as questões sociais causadas pelo esgotamento precedente. Com relação aos megaeventos, considera-se que:

[...] a estratégia adotada é a transferência de responsabilidade financeira para cidades e países-sede, através de rigoroso controle político e jurídico sobre esses territórios. É exatamente nesse ponto que a produção do espetáculo esportivo e a da cidade neoliberal convergem. Na busca de agentes capazes de bancar as condições materiais de realização do megaevento, as instituições promotoras encontram máquinas burocráticas sedentas por realizar tal proeza em troca de exposição midiática e legitimação de projetos nababescos e de dificuldade de aprovação em circunstâncias normais (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Os megaeventos esportivos foram a melhor justificativa encontrada para legitimar o modelo de renovação urbana, pois os esportes são a representação da superação humana, do patriotismo, das paixões, ou seja, o emocional das pessoas. Se houver apoio popular, a transformação na cidade é legítima. Entretanto, como exposto acima, essa modernização no fim das contas beneficia às elites e utiliza o recurso público para implementação de políticas que não atendem à maioria.

No caso da Copa do Mundo de 2014, a partir desse método, é fácil perceber o quanto o evento se prestou a reproduzir o modo de produção capitalista por meio da utilização da lógica inserta do estado de exceção que impulsionou uma visualização restritiva do evento, pautada por uma justificativa atomizada, sem contextualização histórica e feita de forma parcial, para não permitir a revelação de suas intensas contradições (MAIOR, 2014, p, 34).

Os responsáveis pela estratégia de atrair para as “cidades modernas” com apoio popular por meio de espetáculos são a FIFA e o COI. “[...] O Estado e suas cidades-sede que sofrem o impacto do sistema Fifa e suas patrocinadoras multinacionais.” (LOPES, 2014, p. 50). Ambos os órgãos estipulam regras para o país receptor do evento, regras que são aceitas pelos governos.

As obras para a construção dos estádios e as reformas em todos os equipamentos e serviços que atendem os atletas, jogadores e turistas, funcionam como um start na máquina de investimentos que esses eventos atraem. “Onde há megaevento há aumento da especulação imobiliária. No Brasil não foi diferente. A Copa enrijeceu ainda mais os muros sociais das cidades brasileiras. E antes mesmo de começar já definiu seus perdedores e vencedores.” (MTST, 2014, p. 86).

Por mais que os autores não evidenciem o turismo como um dos fatores principais na problemática levantada, é indispensável a compreensão do impacto que acontece por meio turismo, “como o turismo supõe uma gama de inter-relações, as normatizações, ações de intervenção e diretrizes políticas não são facilmente desmembráveis e, de forma alguma, podem ser restritas a questões econômicas”(MOESCH; GASTAL, 2007, p. 22), as autoras apontam ainda que:

Nesta ênfase, os agentes econômicos mais prejudicados seriam os trabalhadores e as micro, pequenas e médias empresas nacionais, maioria no caso do turismo, justamente por não terem vez ou voz nas macropolíticas econômicas internacionais. Esse cenário indica a importância de o Poder Público local ser o elo articulador entre os agentes excluídos da concentração econômica, e de construir, de forma compartilhada, o projeto democrático e cidadão desejado pela comunidade (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 21).

Outro apontamento feito pelos autores com relação às negligências ocorridas entre os anos de preparação para os megaeventos foram que “em termos da mensagem, [houve] outro erro de estratégia. Não se discutiu o legado, tampouco a imagem do Brasil no exterior, nem se mostrou o avanço social por trás das obras.” (LASSANCE, 2014, p. 81). O órgão responsável por esse trabalho no exterior é a Embratur ou Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo e, de acordo com o Plano Nacional de Turismo (2013-2016), o foco dos objetivos

era, majoritariamente, “arrumar a casa” para receber turistas, logo, não é a atenção principal do Plano a construção de imagem e legado do Brasil no exterior.³

Para encerrar este capítulo, muito foi dito sobre as manifestações de 2013 e seu reflexo nacional e internacional foram demasiadamente abordados no livro analisado. “No fim das contas, os impactos sociais da preparação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos do Rio engrossaram o caldo do profundo descontentamento da população com a vida em nossas cidades” (ROLNIK, 2014, p. 70). Conclui-se que os autores conseguiram explorar as múltiplas dimensões em um tema complexo como a realização dos megaeventos.

Entretanto, uma das dimensões de extrema importância para o debate ainda não foi citada neste trabalho e, no próximo capítulo, será analisada de forma crítica a relação entre toda a complexidade dos megaeventos explicitada até aqui com a segurança pública e o turismo.

³ Plano Nacional de Turismo (2013-2016). Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/plano-nacional-2013-pdf>> Acesso em: 25 ago. 2021.

3 TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA NUM CENÁRIO DE ESTADO DE EXCEÇÃO

A proposta para o capítulo é expor a hostilidade das políticas públicas convenientemente legitimadas por governantes e pelo Estado para a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Além de destrinchar a utilização dos megaeventos para validar ações inconstitucionais que não favorecem a maioria e demonstrar como essas medidas governamentais afetam diretamente o turismo.

No livro analisado, dez autores compreendem os transtornos decorrentes de ser país-sede desses megaeventos, a começar pelas exigências da FIFA e do COI que, para conservar o tão criticado “padrão FIFA”, efetivam a violência para com o povo brasileiro e o estado de exceção, que por sua vez inviabiliza a segurança pública.

Antes de aprofundar os questionamentos sobre os comitês organizadores, é necessário compreender alguns conceitos-chave para o prosseguimento do capítulo. Como foi evidenciado nas últimas citações, o modo de produção capitalista que utiliza de artifícios para se perdurar e se expandir, torna-se ainda mais explícito em momentos atípicos como o de sediar um megaevento. A justificativa de legado urbano, a partir das transformações urbanas, como já explicitado, acentua o privilégio das elites. Um apontamento interessante para o debate é o de Labica:

O par progresso-escassez não deve criar ilusões. Os dois termos são datados. A certidão de nascimento do primeiro está gravada nos registros das relações capitalistas de produção, desde que surgiram. O progresso oscila desde então entre sua materialidade, que vê desenvolverem-se protocolos técnicos que se engendram uns aos outros, multiplicando-se e enriquecendo-se cada vez mais rápido [...]. As boas almas teimam em tentar mostrar que os supostos “estragos” do progresso são acidentes, quando de fato fazem parte da sua natureza (LABICA, 2009, p. 15).

Quando Labica se refere à escassez advinda do progresso, é bem simples fazer uma analogia ao discurso do legado atribuído aos megaeventos, principalmente quando se considera que a real intenção de receber esse tipo de evento é torná-los “minas de ouro”, como bem colocado por Ferreira, quando se refere às obras ocorridas nas cidades, “[...] exigidas pelos órgãos organizadores em comum acordo com os governos hospedeiros, alimentam os mercados da construção civil, fundiário e imobiliário [...]” (2014, p. 10). Quer dizer, a política capitalista neoliberal atribuída à Copa e às Olimpíadas faz parte de um processo de expansão permanente, que envolve a apropriação de todos os bens naturais que

existem e a expropriação do que não interessa às elites. Envolve também a expropriação de direitos dos trabalhadores, que será tratado mais adiante.

É impossível falar de megaeventos sem relacionar ao planejamento turístico, assunto de extrema importância abordado nas disciplinas de graduação em Turismo da Universidade de Brasília. Molina pontua que “[...] o planejamento consiste em estabelecer um curso de ação que conduza à obtenção de uma situação desejada, mediante um esforço constante, coerente, organizado, sistemático e generalizado.” (MOLINA, 2005, p. 45). E, quando se trata do planejamento que afeta não somente o turismo de múltiplas cidades, mas as dinâmicas socioculturais de um país – como é o caso dos megaeventos –, é preciso um trabalho extremamente minucioso:

Uma política pública de turismo deve ter como concepção o turismo como um sistema aberto, orgânico e complexo que se coloque como atividade multissetorial, cuja execução deve, necessariamente, incorporar visões multidisciplinares, multiculturais e multissociais. Assim, se constituirá no trabalho conjunto do setor público com a iniciativa privada e com a sociedade civil, reconstruindo os processos de identidade tão necessários às cidades e às localidades, para que se integrem às redes de globalização de forma independente, ao invés de serem homogeneizadas neste processo (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 24).

O conceito progresso-escassez explicitado por Labica, o conceito de planejamento de Molina e a concepção de Política Pública de Turismo destrinchado por Moesch e Gastal, fica ainda mais evidente com o exemplo citado no livro analisado neste trabalho, conforme exposto a seguir:

Junto a estádios, ginásios ou pavilhões, estruturam-se empreendimentos comerciais e bairros de negócios e são construídas importantes vias de acesso que interessam especialmente aos organizadores e raramente são prioritárias para a cidade. O caso de São Paulo na Copa de 2014 é exemplar: mobilizaram-se recursos federais específicos para a construção de um monotrilha suspenso que serviria o estádio da abertura da Copa, na Zona Sudoeste da cidade. Porém, por disputas locais e pressão da Fifa, optou-se pela construção de um estádio novo, na Zona Leste, a custos e comissões muito mais altos. Mas o “monotrilha da Copa” continuou a ser construído para levar torcedores ao estádio anterior. O novo estádio, por sua vez, foi implantado sem nenhum projeto de integração com a malha urbana local (FERREIRA, 2014, p. 10).

A partir deste exemplo, nota-se a intenção de progresso diretamente ligada à escassez, porém neste caso, relacionado aos megaeventos esportivos que, por sua vez, não utilizam de nenhum mecanismo teórico de planejamento de cidades para o turismo e muito menos para o urbanismo. Labica acrescenta ainda sobre a escassez que “[...] as novas formas que ela assume, massivas, recorrentes e continuamente agravadas, são produtos diretos do progresso. Produtos, mas também condições: a inversão dessa tendência ou o fim de suas consequências

nefastas significariam sua autodestruição [...]” (LABICA, 2009, p. 16). Com base nessas ideias, a questão da FIFA e do COI pode ser retornada ao debate, pois ambas representam a máquina que faz o produto, a expansão da cidade e as condições como citado acima.

Figura 3: Obra inacabada monotrilho linha 17- ouro, São Paulo



Fonte: Danilo Verpa/Folhapress⁴

É pautado nesse exemplo o pensamento de Moesch e Gastal, que se encaixa perfeitamente à questão:

Nestes termos, os objetivos de um sistema público, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, devem compreender a construção de políticas públicas de turismo articuladas com as demais políticas de governo, que sustentem uma prática de turismo contínua e qualificada, evitando o casuismo verificado em muitos Municípios e Estados brasileiros (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 24).

Outra problemática é levantada por Jennings (2014), que expõe a FIFA e o COI e toda a corrupção explícita em sua atuação nas cidades por onde passa, a qual já foi inúmeras vezes denunciada. Só o fato de haver corrupção já se enquadra em violência contra a população brasileira. “Se a corrupção é definida como o abuso do ofício público para benefício próprio, então, na minha opinião, a Fifa criou um modelo institucionalizado de corrupção global. A Fifa exporta corrupção de Zurique ao mundo.” (JENNINGS, 2014, p. 56).

A intervenção dessas organizações em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento é bem diferente se comparado com os países já desenvolvidos. A subordinação dos políticos é tamanha que não se cria nenhum tipo de empecilho legal para as

⁴ Reportagem do monotrilho inacabado em 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/linha-de-monotrilho-do-aeroporto-de-congonhas-faz-10-anos-inacabada-e-com-incertezas.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2021.

grandes organizações, o que dá margem para o setor privado exercer seus interesses descarados em lucratividade sem levar em consideração o conceito de modernização pregado pelos envolvidos (FERREIRA, 2014).

[...] as estruturas governamentais dos novos anfitriões, geralmente contaminadas por uma corrupção estrutural, são especialmente vulneráveis às pressões exercidas pelos grandes *players* dos megaeventos, sendo mais fácil dobrar os políticos locais para aprovar leis de exceção, mesmo que representem retrocessos gritantes em suas conquistas sociais [...] (FERREIRA, 2014, p. 11).

Por trás dos belos discursos sobre o quão vantajoso é ser país-sede, na realidade “[...] o ‘plano estratégico’ cumpre o papel de, ao mesmo tempo, desregular, privatizar e fragmentar, dando ao mercado um espaço absoluto e reforçando a ideia da cidade autônoma que necessita instrumentar-se para competir com as demais na disputa por investimentos [...]” (MARICATO, 2014, p. 19). É claro que toda essa reestruturação advinda de uma minoria, reflete em quem não teve nenhuma participação sobre essas decisões, ou seja, a população. “[...] Ao lado do recuo das políticas sociais e do aumento do desemprego, da pobreza e da violência, um novo ideário de planejamento urbano substituiu o ideal de urbanismo modernista [...]” (MARICATO, 2014, p. 19).

Para Labica (2009, p. 26) “[...] A persuasão e o debate não estão mais na ordem do dia, uma vez que governos, parlamentos e opiniões podem ser comprados.” Por falar em beneficiar às elites enquanto a maioria da população fica com o ônus dessas relações instituídas de forma antidemocrática, Dias e Matos definem o conceito político que faz parte de toda sociedade cuja democracia é a forma de governo:

O bem comum consiste no conjunto de condições sociais que permitam e favoreçam nos seres humanos o desenvolvimento integral de todos os membros da comunidade. E o Estado tem por fim último oferecer condições para que todas as pessoas que integram a comunidade política realizem seus desejos e aspirações, e para tanto assegura a ordem, a justiça, o bem-estar e a paz externa, que são elementos necessários para que outras necessidades públicas sejam atendidas (DIAS; MATOS, 2012, p. 9).

É pautado no bem comum, na integração da comunidade, justiça e no ideal de intervenção do Estado citados acima, que é possível incluir o que Vainer (2014, p. 74) explica no livro sobre o falso legado pregado pela FIFA e pelo COI:

[...] da valorização decorrente dos investimentos públicos tem como um dos exemplos mais perversos a parceria público-privada do Parque Olímpico, no Rio, que entrega a um consórcio privado 1 milhão de metros quadrados para um grande projeto imobiliário em região na qual estão sendo feitos pesados investimentos públicos em infraestrutura e mobilidade (VAINER, 2014, p. 74).

Figura 4: Parque Olímpico em 2016, Rio de Janeiro



Fonte: Blog da Redação da VEJA⁵

A fim de atualizar a crítica do autor, hoje esse espaço de 1 milhão de metros quadrados feitos por meio de parceria público-privada está literalmente caindo aos pedaços, o que antes foi prometido escolas e espaços para usufruto da comunidade, hoje se encontra abandonada com a justificativa de falta de verba, que serão mostrados nas figuras a seguir:

Figura 5: Instalações Parque Olímpico seis meses depois das Olimpíadas



Fonte: Reprodução Antes e Depois⁶

⁵ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/olhares-olimpicos/o-futuro-do-parque-da-barra/>>. Acesso em: 06 out. 2021.

⁶ Instalações estão abandonadas após rio 2016; veja elefantes brancos pelo mundo. Disponível em: <<https://www.virgula.com.br/inacreditavel/instalacoes-estao-abandonadas-apos-rio-2016-veja-elefantes-brancos-pelo-mundo/#img=3&galleryId=1128425>> Acesso em: 19 set. 2021

Figura 6: Pista de Ciclismo BMX e Ciclismo de Montanha, 2021



Fonte: Reportagem Chico Regueira / RJ-TV2⁷

O parque olímpico hoje está aberto em parte e servindo como ponto de vacinação da COVID-19, entretanto, não há manutenção adequada, e na maior parte de sua extensão não há iluminação. Cinco anos após os jogos, não há dúvidas de que, além dos estádios, toda a Vila Olímpica se tornou um elefante branco que requer custos altíssimos de manutenção o que limita a utilização do espaço público pela população.

No entanto, deve ficar claro que embora as ações governo tenham por objetivo primordial cumprir seu papel de gestor dos negócios do Estado e primeiramente atender o conjunto da sociedade, sem discriminação de qualquer tipo, visando ao bem comum, as pessoas que integram a administração por prazo determinado têm seus próprios interesses particulares e procurarão atender durante o tempo em que permanecerem como administradores da coisa pública, o que pode ou não coincidir com os fins do Estado [...] (DIAS, MATOS, 2012, p. 12).

Ainda sobre o exemplo das intervenções no Rio, Maricato também manifesta seu pensamento:

[...] a maior operação imobiliária em curso se dá no Rio de Janeiro e leva o nome de Porto Maravilha. Trata-se de uma megaintervenção que busca renovar o *waterfront* portuário seguindo a receita de várias cidades mundiais, como Londres, Nova York e Buenos Aires, com forte simbologia ligada à estética do espetáculo segundo um ideário que mal encobre a finalidade do negócio [...] (MARICATO, 2014, p. 24).

Isso sem considerar, no caso do Porto Maravilha, o peso histórico que o mesmo carrega, pois essa renovação funcionou basicamente como um apagamento de tudo que aconteceu ali durante três séculos de regime escravagista e o início das relações capitalistas no

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/23/legado-olimpico-arenas-esportivas-nao-deram-lugar-a-escolas-e-tem-aspecto-de-abandono.ghtml>> Acesso em: 19 set. 2021.

Brasil. Este porto foi o maior mercado de seres humanos escravizados do mundo, isto é, um tempo marcado por um dos piores atos bárbaros da história da humanidade. A proposta da iniciativa público-privada para esse espaço foi a do Museu do Amanhã, que trata de horizontes de futuro, e não de um resgate e de um reconhecimento da violência sofrida no passado. Vinculando a questão para o planejamento do turismo, Moesch e Gastal afirmam que:

O local aparece como espaço privilegiado da diversificação e da tradição, mas, agora, os patrimônios naturais e culturais locais estariam conectados com todo tipo de fluxos internacionais. As lógicas coloniais e colonizantes destes fluxos levam ao conflito entre o local – que procura preservar suas identidades – e o global – a impor sobre os lugares práticas de um turismo de larga escala, portanto, não sustentadas ou sustentáveis (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 4).

O Porto Maravilha poderia ter explorado o valor cultural de forma muito mais intensa e respeitosa com a história, principalmente, quando se considera que ali existem relações turísticas por ser um atrativo. A poucos metros do porto existe o Cais do Valongo, Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁸, justamente por ser o porto que recebeu mais de quatro milhões de pessoas escravizadas no país no período da colonização. Ironicamente, ou não, o Museu do Amanhã foi projetado por um arquiteto europeu⁹.

A instrumentalização da herança histórica do Centro do Rio de Janeiro foi feita de forma extremamente rasa¹⁰. Novamente, incluindo no debate autores que refletem diretamente sobre o turismo, Beni também ressalta que:

Para fins de Política de Turismo, o combate aos vários tipos de poluição, a defesa da paisagem, do ar, das águas, dos espaços livres, da vegetação são tão indispensáveis quanto a conservação da memória histórica e cultural do país. Sua formulação deverá, por conseguinte, estar fortemente ancorada nos valores nacionais; nos traços culturais, que cumpre manter, no aspecto físico, que é imperativo conservar. Ambos constituem partes iguais do patrimônio nacional, que as gerações futuras têm direito de reclamar (BENI, 2001, p. 101).

⁸ Portal do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>> Acesso em: 06 out. 2021.

⁹ Ver Arquitetura do Museu. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/arquitetura-de-santiago-calatrava>> Acesso em: 06 out. 2021.

¹⁰ Gonçalves, Guilherme Leite; Costa, Sérgio, *Um Porto no Capitalismo Global*. São Paulo: Boitempo, 2020.

Figura 7: Porto Maravilha, Rio de Janeiro



Fonte: Redação Portos e Navios¹¹

Figura 8: Museu do Amanhã, Praça Mauá/RJ



Fonte: Site oficial do Museu¹²

O argumento utilizado para privatizar o que jamais deveria ser privatizado, foi o de ineficácia do Estado e uma suposta eficiência do mercado, isso significa que a população se encontra diante de mais mercado nas tomadas de decisões e menos Estado para proteger as forças do mercado, comprovando assim, o histórico de dívidas externas existentes em países periféricos (MARICATO, 2014). Dessa forma, entende-se que “[...] a cidade da especulação imobiliária é uma cidade em que se privatizam recursos públicos e se aprofundam as

¹¹ Maior PPP do país fica perto de um colapso. Disponível em: <<https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/maior-ppp-do-pais-fica-perto-de-um-colapso>>. Acesso em: 06 out. 2021.

¹² A arquitetura de Santiago Calatrava. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/arquitetura-de-santiago-calatrava>> Acesso em 06 out. 2021.

desigualdades e a segregação sócio-espacial” (VAINER, 2014, p. 74). Para concluir a ideia negativa da intervenção nos espaços públicos:

A fim de adaptar as cidades ao urbanismo do espetáculo, operações urbanas definem os espaços que merecem tratamento diferenciado – o entorno dos estádios, por exemplo –, e parcerias público-privadas garantem para o setor privado a segurança dos investimentos (incluindo empréstimos dos fundos públicos) e a exceção das leis, admitindo direito de operações que antes eram prerrogativas exclusivas do Estado (MARICATO, 2014, p. 22).

Para dar continuidade ao pensamento, a segurança pública precisa ser pensada como um componente do estado de direito, próprio da estrutura democrática.

A vida em sociedade é regulada pela Constituição, tornada coercitiva pelo poder do Estado, o qual também se rege pela mesma estrutura jurídica, como forma de garantir que o poder entregue ao governo se exerça em nome do povo e para o povo, falando-se, assim, de soberania popular (MAIOR, 2014, p. 34).

Após o entendimento de como as políticas de transformação urbana se estabelecem por meio dos megaeventos, chega-se ao ponto crucial da compreensão sobre o estado de exceção como análise para este capítulo. Para Labica,

O triunfo do valor de troca não se deixa diminuir pelo livre arbítrio. É da natureza do capitalismo funcionar como um processo de homogeneização. Ele tem uma vocação para o achatamento, para o nivelamento. Indivíduos, povos, nações e culturas, formatados e indiferenciáveis, constituem seu ideal (LABICA, 2009, p. 46).

Compreende-se, ainda, como esse estado de exceção segue na contramão da soberania popular citada acima, isto é, confronta diretamente a democracia. Para Vainer esse tipo de arranjo institucional “[...] configura-se um governo paralelo, de exceção, à margem das constituições e da legislação, quase sempre fora de qualquer controle social e político, agindo de forma arbitrária, quando em aberta violação da lei [...]” (2014, p. 73). Ou seja, o Estado não é neutro nas suas ações, e está longe de atingir o bem comum como mostrado anteriormente por Dia e Matos; na verdade ele privilegia a classe burguesa e seus respectivos interesses. Como consequência, as políticas refletem diretamente na segurança pública com o viés, interesses e privilégios de quem a domina.

Se o afrouxamento das leis é permitido, isto é, o estado de exceção, alguém precisa pagar a conta das ilegalidades ocorridas, e quem paga são, obviamente, os trabalhadores, a classe operária que deveria usufruir de todas essas transformações. A grande questão é que o estado de exceção não fica somente no período de preparação da Copa e das Olimpíadas, ele se perdura e se torna permanente e, mais uma vez, quem é penalizado com esse ônus é o povo.

Como elucidada Maior (2014, p. 34), “[...] a situação de desajuste se apresenta em risco cada vez mais crescente, o estado de exceção se edifica como estado permanente, fazendo-o de modo que não se apresente explicitamente”.

Como não enxergar um Estado de exceção permanente nessa “urbanização dos baixos salários”, já que parte das cidades (invisível e ignorada pelo Estado) é construída pelos próprios trabalhadores, à margem das leis urbanísticas? A lei, uma vez que é aplicada de acordo com interesses de classe, passa a ser utilizada para excluir da cidade, do mercado e das políticas públicas grande parcela da população. Ao mesmo tempo, é essa contradição entre a lei, a realidade que a nega e sua aplicação discriminatória que garante um mercado altamente especulativo (MARICATO, 2014, p. 22).

A especulação imobiliária e a parceria público-privada gerada a partir dessas renovações urbanas excluem espaços de usufruto público de forma legitimada, na qual se determina quem fará as novas construções (os trabalhadores) e para quem essas reformas serão entregues e, conseqüentemente, usufruídas (classe média e elite). “[...] A democracia é sacrificada no altar da cidade de exceção e da democracia direta do capital.” (VAINER, 2014, p. 74).

[...] efeitos como valorização imobiliária muito acima da renda dos moradores e processos de gentrificação de áreas da cidade, entre outros efeitos perversos sobretudo para os mais pobres e vulneráveis, já foram amplamente documentados. [...] um tecido urbano marcado pela precariedade de seu território e pela ambigüidade da condição de inserção de seus cidadãos [...] (ROLNIK, 2014, p. 68).

“A concepção sistêmica do turismo e o desenvolvimento de base local com ênfase na cidadania devem vir acompanhados de um planejamento turístico que assegure o bem viver com, no qual a própria comunidade definirá os limites espaciais de interação do visitante.” (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 25). Partindo desse pressuposto, as condições, ou melhor, os abusos ditados pela FIFA e pelo COI para as cidades-sede e aceitos pelos governantes, dão razão aos que criticam a forma como os megaeventos esportivos são executados. A seguir serão expostos alguns desses abusos para com as cidades que sediam qualquer tipo de evento vinculado aos comitês:

O artigo 11 da referida lei [**Lei Geral da Copa**] criou uma “rua exclusiva” para a Fifa e seus parceiros, excluindo até mesmo a possibilidade do funcionamento de estabelecimentos existentes no tal “local oficial de competição”, que abrange o perímetro de dois quilômetros ao redor dos estádios, caso o comércio em questão se relacione de alguma forma ao evento. Mas a área pública tornada, provisoriamente, uma propriedade privada não se limita ao entorno dos estádios: está também no mesmo perímetro em volta do *Fan Fest*. [...] Esse evento, organizado e pago pelo Estado e realizado em espaço público, atende aos interesses privados da Fifa e suas parceiras (MAIOR, 2014, p. 35).

Embora os estádios já estivessem com demanda de manutenção e apesar da realização da Copa ter ocasionado essas reformas estruturais, reformas essas bem exageradas, diga-se de passagem, o obstáculo prioritário dentro da temática é a localização onde esses estádios se situam. É a partir desse pensamento que a questão da expropriação ocorrida devido à Copa do Mundo precisa ser considerada.

A proliferação de empreendimentos imobiliários de alto padrão nas proximidades dos estádios e outras obras emergenciais provocam um duplo processo de expulsão da população mais pobre, seja pela remoção sumária e violenta dos assentamentos, seja pela expulsão “natural” decorrente da forte e nada regulada valorização imobiliária consequente. A Copa e os Jogos, nesse sentido, acirram nosso *apartheid* urbano (FERREIRA, 2014, p. 13).

A violação do estado democrático de direito, se dá “[...] no caso das cidades brasileiras, [porque] nenhum dos projetos urbanos relacionados à Copa, foi definido a partir de um amplo processo de discussão com a sociedade” (VAINER, 2014, p. 70). Isso porque a população deveria ter poder de influência nas discussões do projeto, “[...]o direito de contar com um organismo independente que lhe dê assistência técnica e jurídica para acompanhar o caso – por exemplo, a universidade pública” (ROLNIK, 2014, p. 69).

O que se vê são pessoas e famílias inteiras serem removidas de suas casas – não importa se vivem ali há alguns meses ou há décadas – sem nenhum respeito por seus direitos ou pela vida que construíram nesse lugar. Com a justificativa da “ilegalidade”, a remoção se dá, em geral, sem pagamento de indenizações, que, quando existem, contemplam apenas a benfeitoria (a casa), desconsiderando completamente o valor da terra [...] (ROLNIK, 2014, p. 68).

Levando em consideração as políticas públicas de turismo, afinal de contas essas expropriações acontecem a fim de “maquiar” as cidades ou possibilitar construções para receber os jogos e os turistas, o que se pode afirmar é que:

Políticas públicas de democratização não devem se restringir ao imediatismo, ao localismo das reivindicações e demandas, mas se transformar em instrumento de planificação e apropriação dos grandes e variados problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e humana, bem como de domínio sobre o aparato do Estado, tradicionalmente afastado e refratário à participação e ao controle popular. Devem incluir, mais do que obras, serviços e marketing promocional, processos pedagógicos para elevar o nível de consciência e participação cidadã de parcela considerável e crescente da população (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 21).

Figura 9: Demolições na Favela Metrô-Mangueira, 2015



Fonte: Tânia Rêgo/ Agência Brasil¹³

A problemática que engloba a expropriação é uma das mais dolorosas quando analisadas como perdas sociais, pois quando essa transformação afeta a história, a moradia, o sentimento de pertencimento, a dignidade humana, faz com que toda a magnitude e beleza oferecida pelos megaeventos desapareça.¹⁴

Nesses países está presente aquilo que chamo de dualidade da condição urbana: uma parte da cidade é plenamente construída no interior da regulação urbanística e jurídica, enquanto a outra – não raro muito maior do que a primeira e majoritariamente habitada por populações de baixa renda – é autoproduzida pelos próprios moradores estabelecendo relações negociadas, no dia a dia, com esse mesmo marco jurídico e regulatório. [...] Sua permanência bem como a possibilidade da consolidação definitiva dos assentamentos na cidade jamais estão plenamente garantidas (ROLNIK, 2014, p. 68).

Um país cuja bandeira possui a palavra “progresso” estampada e ignora as reais necessidades de seu povo escancara a distinção de classes em seus projetos imobiliários. Como afirma Beni (2001, p. 118) “É justamente nessa intersectorialidade de ação conjunta e integrada que reside, até hoje, o obstáculo maior que vem inviabilizando uma atuação eficaz dos órgãos públicos de Turismo no Brasil.”. Rolnik (2014, p. 67) ainda acrescenta que “Vivemos uma “financeirização” do processo de produção de moradia e de cidades”.

A intensificação das ocupações de terrenos e prédios ociosos foi a forma de resistência popular a esse processo perverso de segregação social e territorial. Aqueles que não aceitaram ser jogados para buracos ainda mais distantes estão ocupando terras. Vale ressaltar: terras ociosas utilizadas para especulação

¹³ Vara de Infância proíbe demolição de casas na Favela Metrô-Mangueira. Publicado em 26 ago. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/vara-da-infancia-proibe-demolicao-de-casas-na-favela-metro>> Acesso em: 20 set. 2021.

¹⁴ Ver documentário “A Caminho da Copa” desenvolvido pelo Instituto Pólis. Disponível em: <<https://youtu.be/nFcA2PKIcfQ>> Acesso em: 16 ago. 2021.

imobiliária, em geral por agentes de mercado como empreiteiras e incorporadoras (BOULOS; ROCHA; CERQUEIRA, 2014, p. 86).

Figura 10: Moradores da Metrô-Mangueira tentam resistir à desapropriação, 2014



Fonte: Correio Brasiliense¹⁵

A violência não acontece somente no âmbito da moradia; trabalhadores ambulantes foram proibidos de trabalhar devido ao contrato de exclusividade assinado pelo governo com a FIFA, e voluntários da Copa foram sujeitos a trabalho análogo à escravidão e sem respaldo trabalhista como mostrado a seguir:

Ao permitir o trabalho voluntário nas atividades ligadas à Copa, fazendo-o de modo, isto sim, a institucionalizar o trabalho em condições análogas às de escravidão, uma vez que o que se pretende, concretamente, é o desprezo aos direitos trabalhistas, contrariando inclusive o próprio compromisso público assumido pelo governo e pela Fifa no que se refere ao trabalho descente, conforme consta expressamente no artigo 29 da própria Lei Geral da Copa (MAIOR, 2014, p. 36).

É importante destacar as mortes nas obras preparatórias para o evento e como elas comprovam a violação dos direitos humanos cometida pelos órgãos responsáveis por meio dos megaeventos esportivos. No Brasil foram 10 trabalhadores mortos durante a construção dos estádios. Para fins de atualizar os dados no presente trabalho e constatar a falta de segurança por trás do espetáculo dos megaeventos, na Copa do Mundo sediada pela Rússia em 2018¹⁶, houve 21 mortes durante as construções. Como se não bastasse tamanho descaso já relatado para com a sociedade, a Copa do Mundo de 2022 que será sediada pelo Catar já

¹⁵ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/01/08/interna-brasil,406926/moradores-da-metro-mangueira-tentam-resistir-a-desapropriacao-de-favela.shtml>> Acesso em: 20 set. 2021.

¹⁶ Copa da Rússia teve 21 mortos durante a construção dos estádios. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/13/copa-da-russia-teve-21-mortos-durante-a-construcao-dos-estadios/>> Acesso em: 13 de nov. 2021.

possui seis mil e quinhentos trabalhadores mortos (e contando) desde o início de suas construções¹⁷.

Para dar continuidade aos exemplos de violências cometidas pelos órgãos responsáveis, temos a “[...] exploração do trabalho infantil em atividades ligadas aos jogos [...] a liberdade para a Fifa atuar no mercado sem qualquer intervenção do Estado [...] a eliminação quase plena do direito à meia-entrada e o afastamento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor” (MAIOR, 2014, p. 37).

Ainda, houve a terceirização de empresas para a realização das obras, jornadas de trabalho excessivas em que muitos não foram devidamente remunerados, além das mortes de operários ocorridas durante a construção dos estádios, no qual a atuação do governo não foi imediata para garantir a indenização para as famílias (MAIOR, 2014). A greve dos trabalhadores durante a Copa foi duramente criticada e deslegitimada e, inclusive, representou uma forma de revolução da classe operária pregada por Marx e Engels, “o primeiro passo da revolução operária é a constituição do proletariado como classe dominante” (LABICA, 2009, p. 50)

Labica compreende as relações de violência entre Estado e população como uma consequência do sistema neoliberal como mostra a seguir:

Segurança e terrorismo demonstram a realidade mais fundamental do nosso tempo, a da violência, que tem um bom mercado e um futuro garantido, já que ela envolve, não temamos repeti-lo, todas as formas de conflito [...] A produção de malfeitorias de todos os tipos se desdobra na produção de meios para deter essas malfeitorias que, por sua vez, se multiplicam ainda mais... A “espiral da violência”, deplorada pelas boas consciências, está realmente inscrita num sistema, o sistema das relações capitalistas de produção no estágio da globalização, pudicamente chamado também de neoliberalismo (LABICA, 2009, p. 31).

Outra questão são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) implementadas a partir de 2008 com o argumento de aprimorar a segurança pública nas favelas, quando na verdade funcionou como uma forma de domínio e extermínio da população pobre e negra – respaldada pelos governos e pelo Estado –, principalmente nos anos próximos aos megaeventos¹⁸. Em concordância com o discurso da insegurança, conceito citado no primeiro capítulo, é possível vincular (no caso das UPP’s e seu domínio) ao que ressalta Labica (2009, p. 26) “[...] a guerra como política, ou a política como a ‘continuação da guerra por outros meios’, possui sua própria lógica. Os orçamentos militares são a prioridade”.

¹⁷ Dados do Brasil e do Catar, disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2021/02/catar-copa-do-mundo-trabalhadores/>> Acesso em: 13 de nov. 2021.

¹⁸ Ver reportagem sobre as intervenções das UPP’s nas favelas cariocas em 2014. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=11497>> Acesso em: 07 out. 2021

Sobre os patrulhamentos de guerra feitos pelas Forças Armadas durante a Copa e as Olimpíadas, caso tinham a intenção de demonstrar segurança, o objetivo não foi alcançado. Pelo contrário, o que ficou explícito foi exatamente a forma como o Estado lida com as relações de segurança pública – repressiva e discriminatória. “[...] O conceito inverossímil de ‘guerra preventiva’, que só tem em comum com a prevenção médica e expressão correlata ‘ataques cirúrgicos’, avaliza as decisões mais arbitrarias” (LABICA, 2009, p. 26).

Figura 11: Soldados fazem a segurança do Parque Olímpico do RJ



Fonte: Fabrizio Bensch/ El País¹⁹

Outro formato de violência que não pode deixar de ser considerado é o aumento da exploração sexual, acentuado quando o país recebe uma demanda maior de turistas. Inclusive, há um artigo que analisa especificamente o caso ocorrido em Recife, no levantamento feito no primeiro capítulo deste trabalho.

As manifestações de 2013 que ocorreram durante a Copa das Confederações e foram vistas mundialmente, apesar de terem acontecido antes da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, funcionaram como uma consequência de toda a desorganização já vivenciada pela população, causada por parte dos gestores públicos. As reivindicações sobre saúde, educação, direito à moradia escancarou um país que prioriza uma minoria. Para Dias e Matos (2012, p. 9), “[...] essa opacidade nas relações sociais reais tornou a ação do Estado destituída de um sentido humanitário e consolidou a alocação não democrática dos recursos com pouca ou nenhuma participação da comunidade da gestão dos programas”.

[...] propiciaram um ciclo de manifestações públicas de grande importância por melhorias das políticas públicas, forçando governos eleitos com base em compromissos com os movimentos sociais a tratarem de destravar suas amarras

¹⁹ Metade dos brasileiros é contra os Jogos Olímpicos do Rio. In: El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/19/deportes/1468940930_316804.html> Acesso em: 03 out. 2021

conservadoras fruto de suas alianças. [...] o processo de sediar a Copa tem envolvido a legitimidade dos governantes e das elites econômicas, bem como dos usos da violência das forças policiais diante de cidadãos mobilizados através de meios de comunicação informáticos disseminados (LOPES, 2014, p. 50).

A análise sobre os megaeventos ocorridos no Brasil, e todo caos político paralelo aos holofotes voltados para o país, proporcionou um entendimento de que o turismo, enquanto política pública, também precisa ser mais humanitário e esse pensamento precisa estar não somente entre os estudantes da área, mas nos agentes públicos; e essa abordagem precisa ser disseminada para as outras áreas de forma urgente.

O colonialismo, em termos de turismo, significa pensar que existiria, atualmente, um mercado único de turismo mundial, escapando cada vez mais do controle formal das autoridades locais e, mesmo, dos Estados. Isto impõe uma nova dialética à gestão turística das localidades, dos produtos e das atividades turísticas, a partir de uma concepção que priorize os interesses locais, buscando um desenvolvimento sustentável, cujo planejamento e gestão sejam participativos para se transformar em instrumentos técnico-políticos de organização das vontades coletivas da localidade (MOESCH; GASTAL, 2007, p. 4).

Como afirma Paulo Netto (2011, p. 48), “[...] somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo — é o presente, pois, que esclarece o passado.”. Hoje se vive as consequências, principalmente políticas, desses seis anos analisados no presente trabalho. O que começou com a justificativa de “não vai ter Copa”, hoje deu ao Brasil uma gestão completamente desinteressada nas pautas sociais, culturais e econômicas.

O que foi desvendado no ano de 2013, que “[...] o país carece de um legítimo sentido ‘público’, e a razão que os levou às ruas, originalmente, foi a reivindicação de políticas públicas universais.”(FERREIRA, 2014, p. 13). Posteriormente, as manifestações se tornaram argumentos para a direita política aplicar o Golpe de 2016, entretanto, as manifestações foram, de fato, motivadas por um Estado mais democrático, ou seja, com maior participação da população nas decisões sobre o que diz respeito à população. Hoje, num país pós Michel Temer e atualmente na gestão de Jair Bolsonaro, as lutas se tornaram ainda mais indispensáveis. Labica ilustra sobre as formas de como as resistências precisam ser organizadas:

É assim que hoje, como ontem, os contextos condicionam o ajuste das lutas: lançar bases da democracia onde ela ainda é desconhecida, consolidá-la onde é fraca ou recente, restabelecê-la onde foi debilitada, defendê-la contra os ataques, estendê-la quando é forte, ou seja, levá-la ao limite sempre que aberta a via revolucionária (LABICA, 2009, p. 55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do papel do Estado para com a sociedade se fez necessária para o entendimento da relação entre turismo e segurança pública, principalmente quando focado no debate sobre megaeventos esportivos, como mencionado neste estudo. Para o conhecimento de como essa temática se comporta no meio acadêmico, houve levantamento onde foram identificados um total de 18 artigos, acerca da temática, entre o período de 2012 a 2018. A partir deste levantamento foi constatado que os anos de maior produção de artigos sobre a temática se deu, coincidentemente, em momentos de extrema instabilidade política no país.

A fim de conceber não a aparência do objeto, mas sua essência, sua dinâmica, e apreendê-lo como processo, a análise do livro “Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas” auxiliou na percepção multidisciplinar da temática por se tratar de onze autores de múltiplas áreas que debatem sobre um mesmo questionamento.

Uma das intenções de análise do livro foi observar a forma como esses profissionais enxergam a relação entre turismo, segurança pública e megaeventos. Dos 11 autores, apenas três compreendem o turismo como fator determinante para as políticas públicas direcionadas aos megaeventos e, conseqüentemente, à segurança pública. Isto é, fazem uma abordagem direta do turismo enquanto questionam a atuação da gestão pública. Os outros oito autores compreendem que as problemáticas voltadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas são advindas das relações público-privada, da especulação imobiliária, da má gestão pública e que o turismo se encaixa como uma consequência de todo esse processo.

Após a exposição de como os autores encaixam o turismo em seus debates, foi preciso entender não somente o contexto a partir do livro escolhido para estudo, mas também baseado em autores que compreendem o turismo como um fenômeno sociocultural e as relações de violência por trás da espetacularização realizada a partir dos megaeventos esportivos. A relação da FIFA e COI com a expropriação, violência, descumprimento de leis, desrespeito ao consumidor e à sociedade foram as principais problemáticas apontadas no presente trabalho.

A partir disso, conclui-se que o turismo como epistemologia necessita de maior espaço nas discussões públicas. O Brasil sediou duas Copas do Mundo e o intervalo entre elas foi de 64 anos – a primeira em 1950 e a segunda em 2014 – e o principal questionamento é: baseado nesse tempo de intervalo, o quanto o Brasil precisa evoluir na relação Estado e população para ser capaz de sediar novamente esse tipo de evento sem mais estragos socioculturais? É preciso avanço nas políticas e é preciso mais profissionalismo dos agentes públicos que são pagos para pensar, organizar, estruturar as cidades. É preciso também inclusão social nos debates

sobre a cidade e a diminuição do pensamento colonizante e homogeneizador estimulado pelo neoliberalismo.

Um caminho para tanto é olhar para as políticas públicas como instrumentos de execução do Estado de direito. As políticas públicas quando entendidas como participativas atendem a maioria e, dessa forma, o turismo pode se estabelecer de forma sustentável, ou seja, ao invés de causar o esgotamento das cidades, gerar um processo contrário, impulsionar as cidades para sua independência econômica, social e cultural. Ao alcançar uma maioria, logicamente o turismo deixa de ser elitista e passa a ser democrático para a população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 de fev. 2021.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 19, n. 40, p. 119–148, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000200005>>. Acesso em: 16 set. 2021.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- FERNANDES, Luis. Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 57–64.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Um teatro milionário. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 7–15.
- FLORES, L. C. S.; MENDES, J. C. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 222-237, mai./ago. 2014.
- FLORES, L. C. S.; MENDES, J. C. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 222-237, mai./ago. 2014.
- JENNINGS, Andrew. A máfia dos esportes e o capitalismo global. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 51–56.
- LABICA, Georges. **Democracia e Revolução**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LASSANCE, Antonio. A Copa, a imagem do Brasil e a batalha da comunicação. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 79–84.
- LOPES, José Sergio Leite. Transformações na identidade nacional construída através do futebol: lições de duas derrotas históricas. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 41–50.
- MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 33–39.
- MARICATO, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 17–24.
- MOESCH, Martini Marutscheka; GASTAL, Susana. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. 1. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2007.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia e planejamento.** São Paulo: EDUSC, 2005.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. O que quer o MTST? In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 85–87.

OLIVEIRA, Nelma de Gusmão. Jogo espetáculo, jogo negócio. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 25–31.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

ROLNIK, Raquel. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 65–70.

VAINER, Carlos. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas? In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 71–77.